

CHOQUE DE JUSTIÇA

REUNIÃO ESPECIAL DE JURISDIÇÃO

Relatório Final

2017



CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

Presidente: Ministra Cármen Lúcia Antunes Rocha
Corregedor Nacional de Justiça: Ministro João Otávio de Noronha
Conselheiros: Ministro Lélío Bentes Corrêa
Carlos Augusto de Barros Levenhagen
Bruno Ronchetti de Castro
Daldice Maria Santana de Almeida
Fernando César Baptista de Mattos
Gustavo Tadeu Alkmin
Carlos Eduardo Oliveira Dias
Rogério José Bento Soares do Nascimento
Arnaldo Hossepian Salles Lima Junior
Luiz Cláudio Silva Allemand
José Norberto Lopes
Henrique de Almeida Ávila

Secretário-Geral: Júlio Ferreira de Andrade
Diretor-Geral: Amarildo Vieira de Oliveira

Organização

Departamento de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário
e do Sistema de Execução de Medidas Socioeducativas

EXPEDIENTE

Secretaria de Comunicação Social
Secretário de Comunicação Social Luiz Cláudio Cunha
Projeto gráfico Eron Castro
Revisão Carmem Menezes

2017

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

Endereço eletrônico: www.cnj.jus.br

CHOQUE DE JUSTIÇA

REUNIÃO ESPECIAL DE JURISDIÇÃO

Relatório Final

2017



CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

**Departamento de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário
e do Sistema de Execução de Medidas Socioeducativas - DMF**

COORDENAÇÃO

Dra. Maria de Fátima Alves da Silva
Juíza Auxiliar da Presidência e Coordenadora do DMF

SUPERVISÃO

Dr. Renato Campos Pinto De Vitto
Assessor Chefe do DMF

EQUIPE TÉCNICA

Nathalia Freitas Loureiro e Érica Rosana Silva Tanner

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	7
RELATÓRIOS DE INFORMAÇÕES	11
Processos Presos Provisórios com Prisões Reanalisadas	16
Processos Presos Provisórios Sentenciados.	20
Dados do Estado do Acre	24
Dados do Estado de Alagoas.	26
Dados do Estado do Amazonas	27
Dados do Estado do Amapá	29
Dados do Estado da Bahia	31
Dados do Estado do Ceará	33
Dados do Estado do Distrito Federal	35
Dados do Estado do Espírito Santo	36
Dados do Estado do Goiás.	38
Dados do Estado do Maranhão	40
Dados do Estado de Minas Gerais	42
Dados do Estado do Mato Grosso do Sul.	44
Dados do Estado do Mato Grosso.	46
Dados do Estado do Pará	48
Dados do Estado da Paraíba	50

Dados do Estado de Pernambuco	52
Dados do Estado do Piauí	54
Dados do Estado do Paraná	56
Dados do Estado do Rio de Janeiro	58
Dados do Estado do Rio Grande do Norte	60
Dados do Estado de Rondônia	62
Dados do Estado de Roraima	64
Dados do Estado do Rio Grande do Sul	66
Dados do Estado de Santa Catarina	68
Dados do Estado de Sergipe	70
Dados do Estado de São Paulo	72
Dados do Estado de Tocantins	73
ANEXO I - FORMULÁRIO	77

APRESENTAÇÃO

Desde que assumiu a Presidência do Supremo Tribunal Federal e do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), a Ministra Carmen Lúcia vem realizando reuniões destinadas a discutir problemas do Poder Judiciário com os Presidentes dos Tribunais de Justiça dos Estados.

Em razão da crise desencadeada no sistema penitenciário, especialmente evidenciada nos estados de Roraima e do Amazonas, a reunião ocorrida no dia 12 de janeiro de 2017 tratou, em especial, de ações estratégicas do Judiciário visando acelerar o julgamento de processos de natureza criminal cujos réus estejam presos sem condenação definitiva.

O motivo para iniciar um movimento dessa natureza junto aos Tribunais tem como fundamento a constatação de que, segundo dados do Ministério da Justiça, 41% das pessoas privadas de liberdade encontravam-se custodiadas sem condenação definitiva, se considerada a população prisional de dezembro de 2014¹.

Ainda que diante do caso concreto sobrevenham razões que justifiquem a manutenção da prisão cautelar, o número apresentado era deveras significativo para ser ignorado. O dado poderia levantar dúvidas sobre a prestação jurisdicional oferecida.

Não obstante se reconheça a sobrecarga de trabalho atribuída ao Judiciário nas últimas décadas, a situação dos presos provisórios merece especial atenção, sobretudo quando o objeto da pretensão, alvo de apreciação pelo magistrado, tem relação direta com o bem tão caro relacionado à liberdade do indivíduo.

¹ Disponível em: <<http://www.justica.gov.br/radio/mj-divulga-novo-relatorio-sobre-populacao-carceraria-brasileira>>. Acesso em maio.2017.

Para alcançar o objetivo traçado, qual seja, acelerar o julgamento de presos provisórios, e afirmar o compromisso do Judiciário quanto à resolutividade de demandas de natureza criminal, estabeleceu-se o seguinte cronograma de trabalho:

- a) até o dia 17.01.2017 os Tribunais apresentariam dados relativos a número total de presos, número de presos provisórios, número de processos de presos provisórios, número de processos relativos ao tribunal do júri, bem como a média de tempo de prisão no Estado ao Departamento de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e do Sistema de Execução de Medidas Socioeducativas (DMF), a quem compete planejar e organizar ações para a reavaliação da prisão provisória (art. 1º, § 1º, inciso II, da Lei nº 12.106, de 2009);
- b) até dia 19.01.2017, a partir das informações prestadas pelo Tribunais, o CNJ divulgaria o retrato da situação prisional existente em cada Estado;
- c) até 20.01.2017 os Tribunais encaminhariam plano de ação para julgamento de processos de presos provisórios, incluindo aqueles afetos à competência do júri²;
- d) nos dias 30.03.2017 e 20.04.2017, respectivamente, os Tribunais realizariam um cronograma de julgamentos e apresentariam os resultados colhidos com a iniciativa.

Consoante anteriormente estipulado, as informações prestadas pelos Tribunais resultaram na elaboração de relatório intitulado “Reunião Especial de Jurisdição”, produzido por este Departamento em conjunto com o Departamento de Pesquisas Judiciárias, cujo inteiro teor foi disponibilizado no sítio eletrônico deste Órgão³.

Resta, todavia, avaliar o resultado obtido com ação a qual, prioritariamente, visa assegurar os princípios da presunção de inocência, da duração razoável do processo e ao próprio postulado da dignidade da pessoa humana.

Os Tribunais, conforme convencionado na reunião perante a Presidência do STF e do CNJ, apresentaram relatório conclusivo contendo parte das informações comparativas da situação prisional existente em 17.01.2017 e em 20.04.2017.

² Levantamento dos presos provisórios do país e plano de ação dos Tribunais. Disponível em: <<http://www.cnj.jus.br/noticias/cnj/84371-levantamento-dos-presos-provisorios-do-pais-e-plano-de-acao-dos-tribunais>>. Acesso em maio. 2017.

³ Veja a íntegra do levantamento dos presos provisórios no Brasil. Disponível em: <<http://www.cnj.jus.br/noticias/cnj/84374-veja-a-integra-do-levantamento-dos-presos-provisorios-no-brasil>>. Acesso em maio. 2017.

Foram entregues dados relativos ao número de processos de presos provisórios que foram sentenciados ou reanalisados/revistos até o dia 20.04.2017 – data do término da iniciativa ora em debate – de modo que fosse possível mensurar o impacto gerado com o esforço concentrado de julgamento realizado pelos Tribunais.

É importante consignar que, não obstante tenha sido disponibilizado formulário padrão para coleta desses dados, muitos Tribunais realizaram adequações no modelo apresentado, o que pode acarretar divergência na análise e compreensão das informações enviadas.

Feitos esses apontamentos, segue, abaixo, análise do esforço concentrado realizado pelos Tribunais com o objetivo de imprimir celeridade a feitos de natureza criminal que envolvam presos provisórios.

DADOS DO ESFORÇO CONCENTRADO – JULGAMENTO DE PROCESSOS RELATIVOS A PRESOS PROVISÓRIOS

A partir do levantamento de informações requeridas pelo Conselho Nacional de Justiça junto aos Tribunais de Justiça dos Estados, os dados relativos à ação de esforço concentrado poderiam ser sintetizados conforme tabelas e gráficos a seguir⁴.

4 Observações Gerais:

Registre-se, para fim de análise, que alguns Tribunais Estaduais, como o de Alagoas, do Espírito Santo, do Maranhão, do Pará, do Paraná, do Piauí, de Rondônia, do Rio Grande do Sul, de Santa Catarina, de Sergipe e do Tocantins solicitaram a correção do quantitativo global de presos ou presos provisórios apurado em janeiro de 2017. Se levarmos em consideração essa última informação, o percentual geral de presos passaria de 34%, registrado no primeiro relatório, para 40,63%, conforme ora consignado – excluindo-se desse cômputo o estado do Acre, que não apresentou informações referentes ao mês de abril deste ano.

RELATÓRIOS DE INFORMAÇÕES

Gráfico 1. Quantidade de Presos Janeiro/17 x Quantidade de Presos Provisórios Janeiro/17 x Quantidade de Processos Presos Provisórios Janeiro/17.

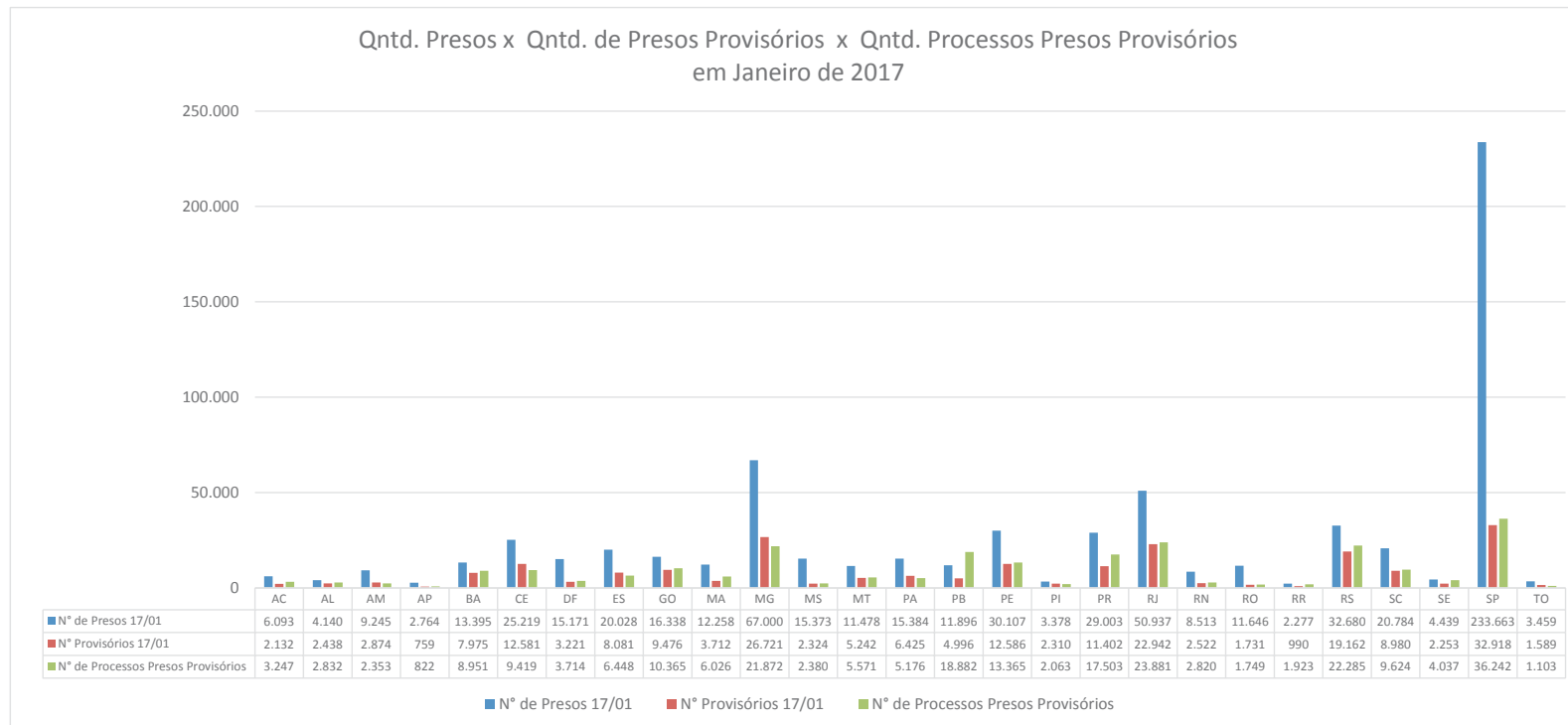


Gráfico 2. Quantidade de Presos Provisórios Janeiro/17 x Quantidade de Presos Provisórios Abril/17

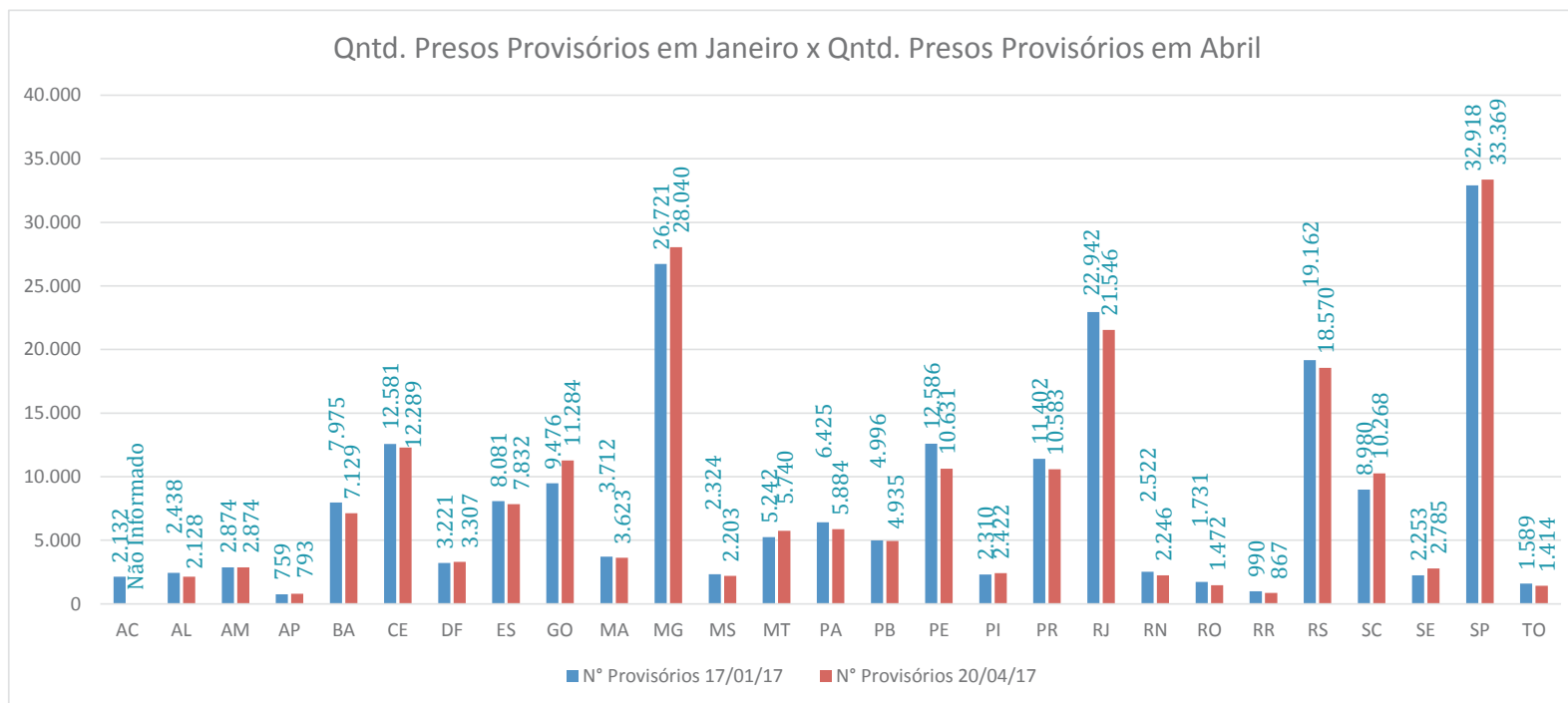


Gráfico 3. Variação Percentual de Presos Provisórios de Janeiro e Abril de 2017 - Brasil

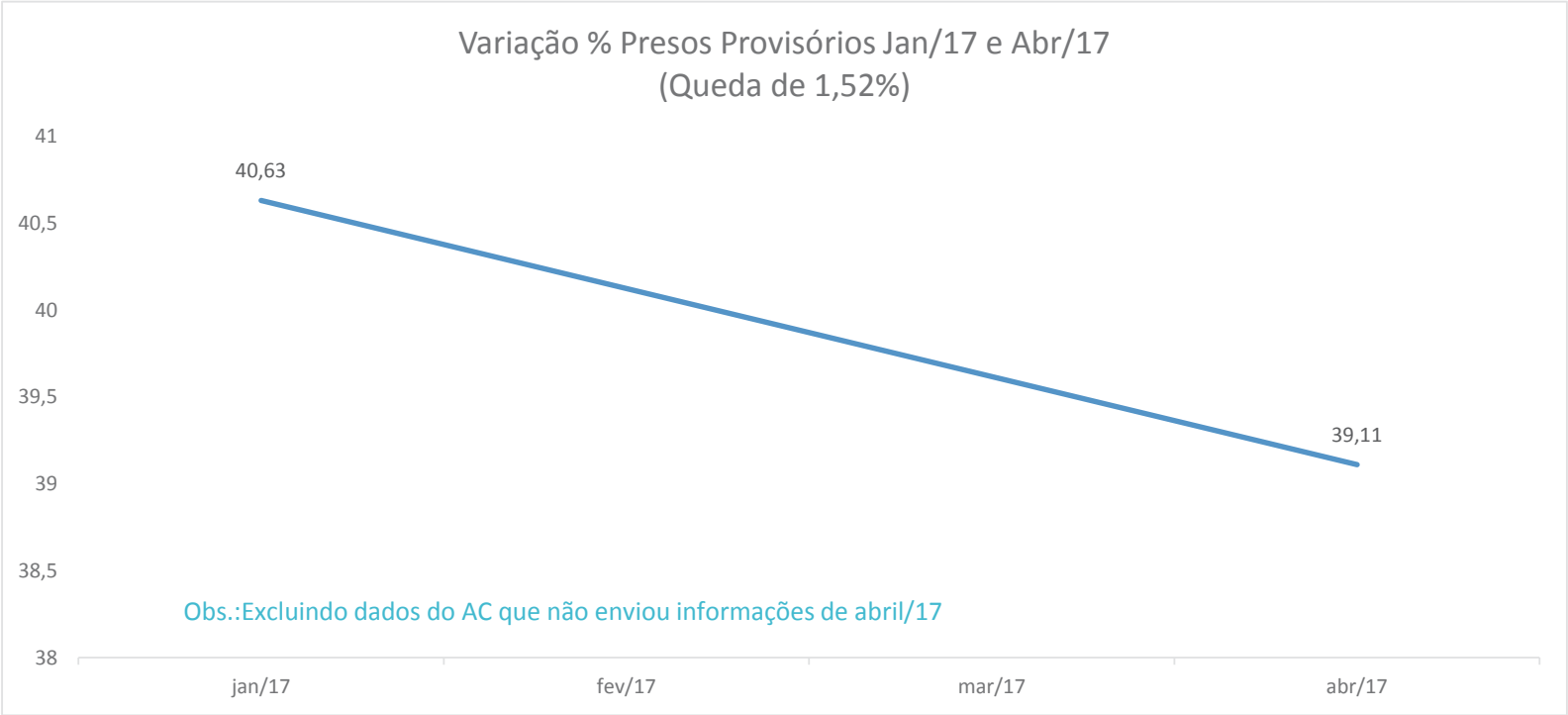


Gráfico 4. Variação Percentual de Presos Provisórios de Janeiro e Abril de 2017 por Estado

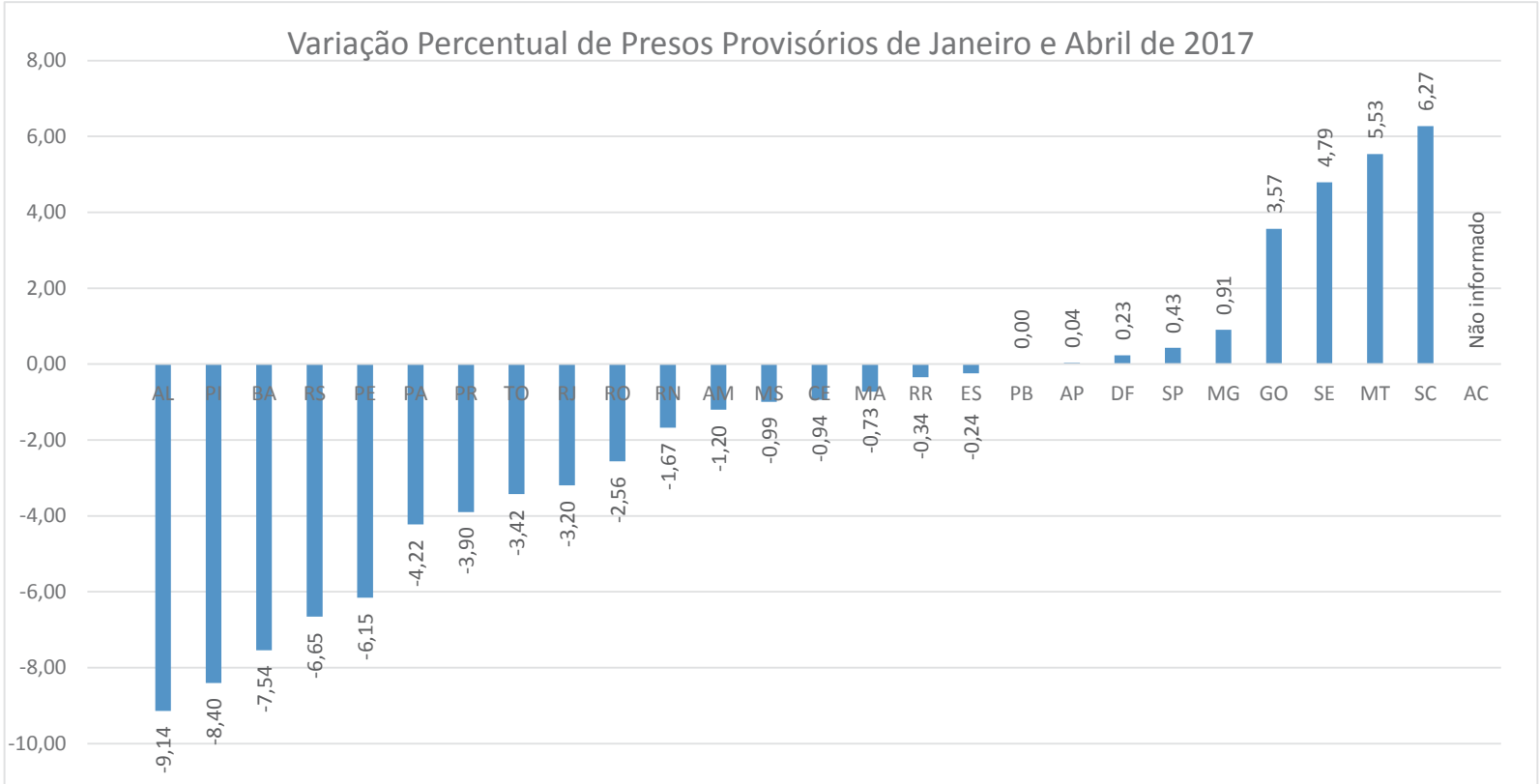
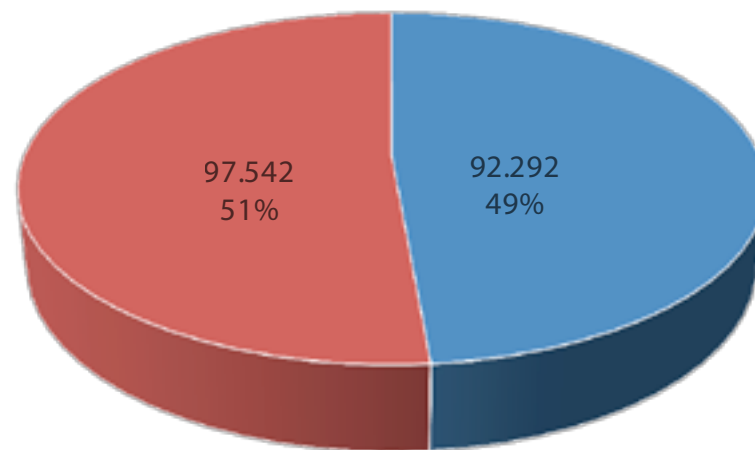


Gráfico 5. Percentual de Processos de Presos Provisórios com Prisões Reanalisadas de Janeiro a Abril de 2017 - Brasil

Processos Presos Provisórios com Prisões Reanalisadas, em relação a 189.834 Processos Presos Provisórios



Obs.: Refere-se somente aos Tribunais que enviam informações sobre processos de presos provisórios com prisões analisadas.

Gráfico 6. Percentual de Processos Presos Provisórios com Prisões Reanalisadas (Prisões Mantidas/Prisões Revogadas) de Janeiro a Abril de 2017- Brasil

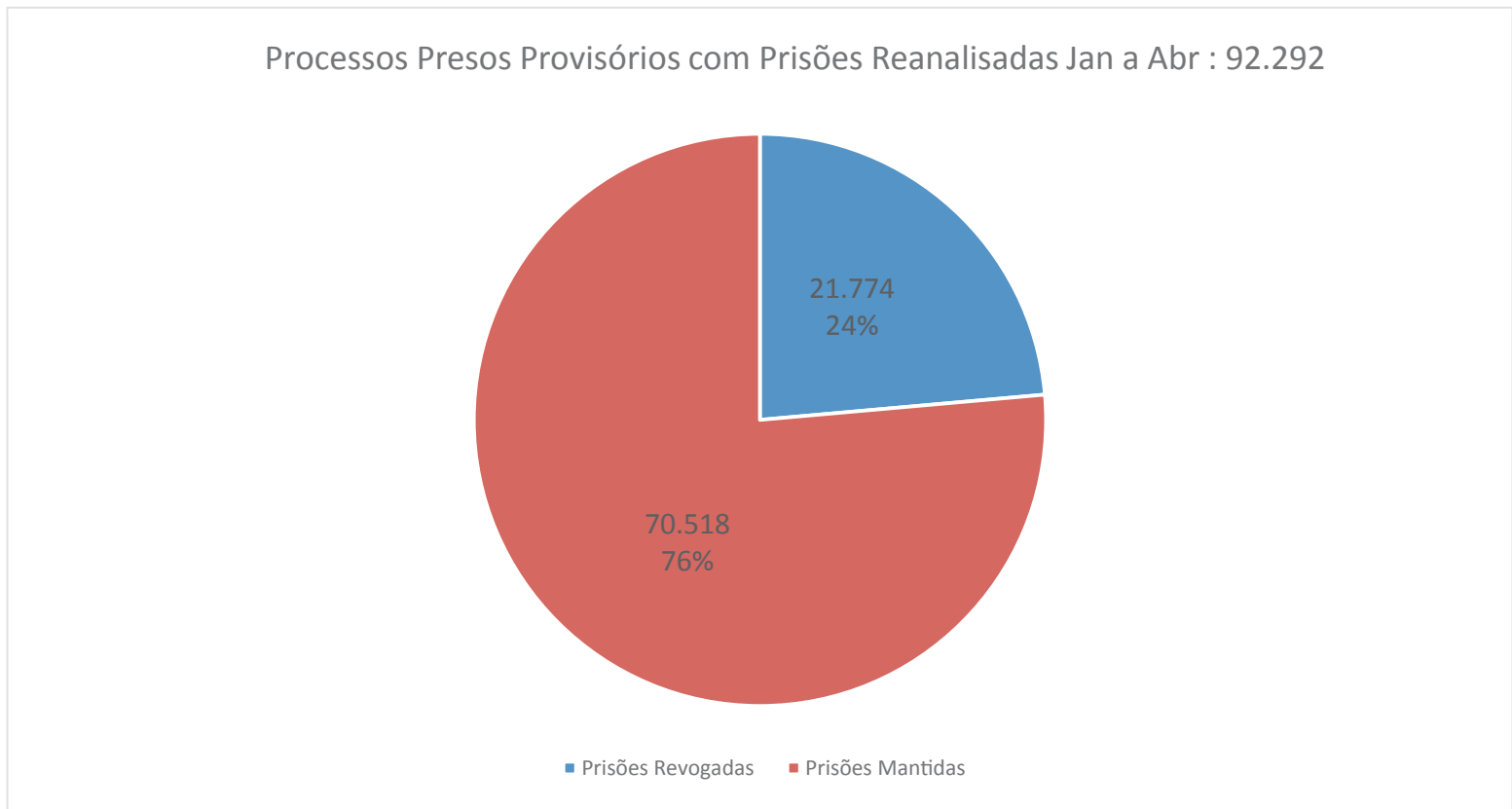
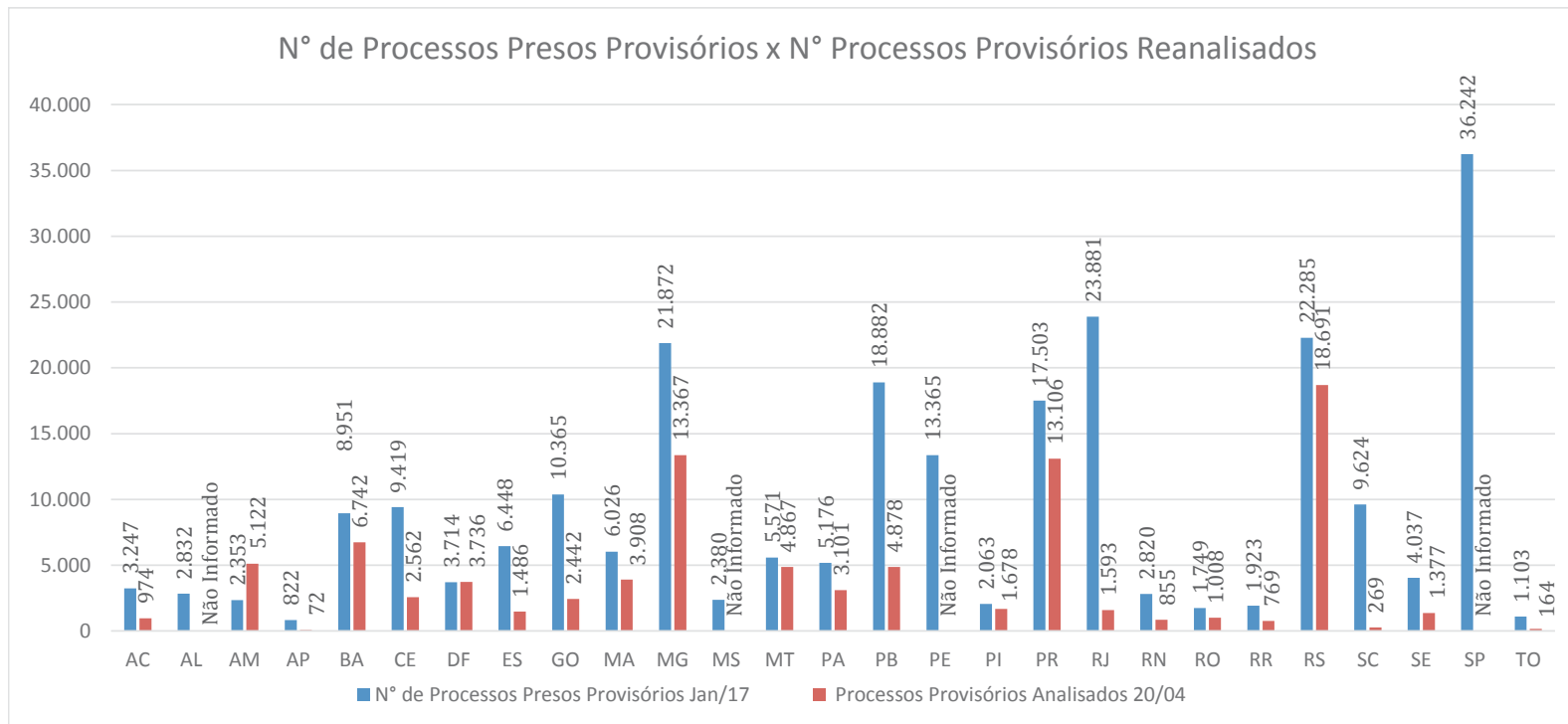
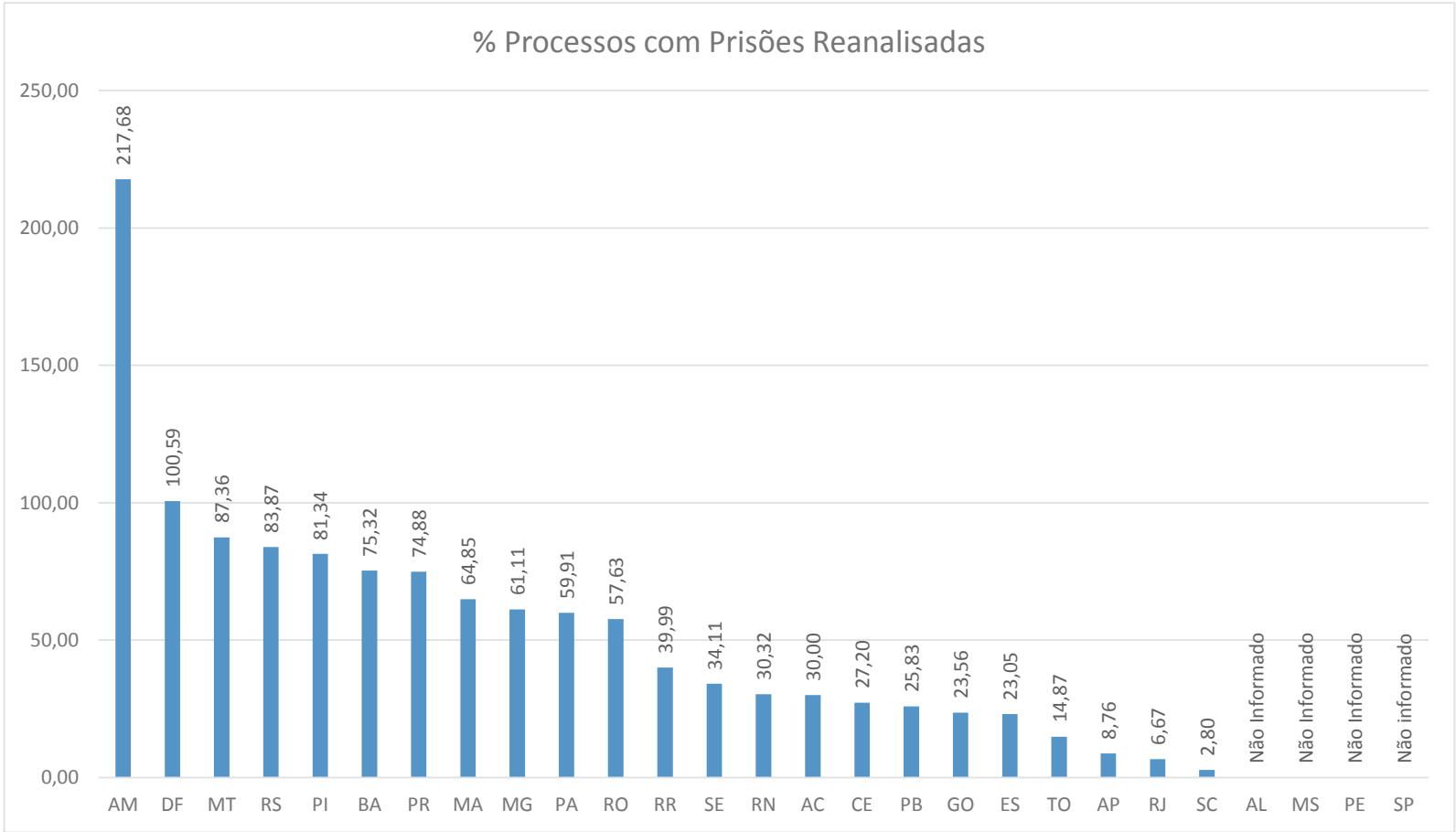


Gráfico 7. Número de Processos Presos Provisórios Janeiro x Número de Processos Presos Provisórios com Prisões Reanalisadas por Estado



5 Os dados do AM coletados incluíram presos com o indicativo de réus presos e presos já soltos, mas ainda constante no sistema de dados.

Gráfico 8. Percentual de Processos Presos Provisórios com Prisões Reanalisadas de Janeiro até Abril/17 por Estado



6 Os dados do AM coletados incluíram presos com o indicativo de réus presos e presos já soltos, mas ainda constante no sistema de dados.

Gráfico 9. Número de Processos de Presos Provisórios Jan/17 x Número de Processos de Presos Provisórios Sentenciados de Janeiro até Abril de 2017 por Estado

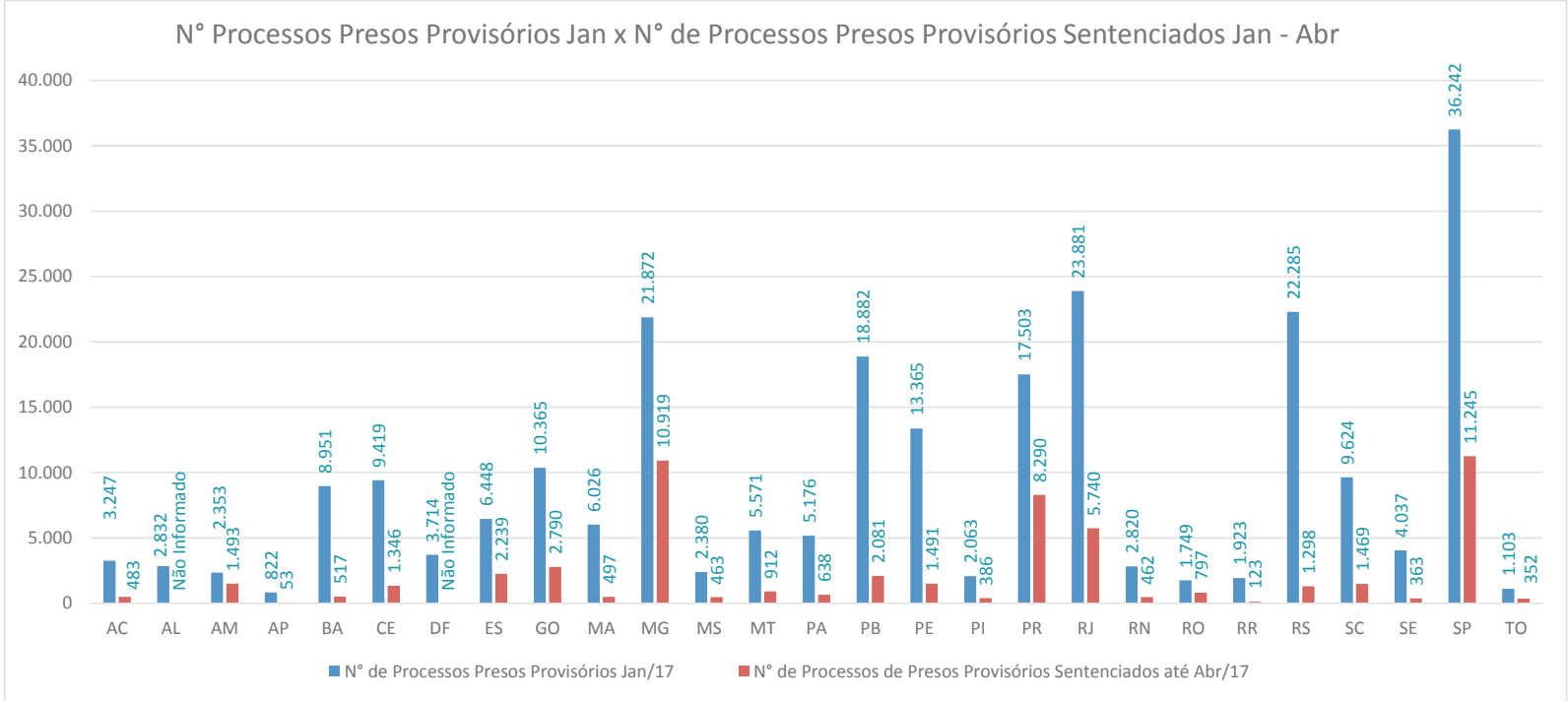


Gráfico 10. Percentual de Processos de Presos Provisórios Sentenciados de Janeiro a Abril de 2017 - Brasil

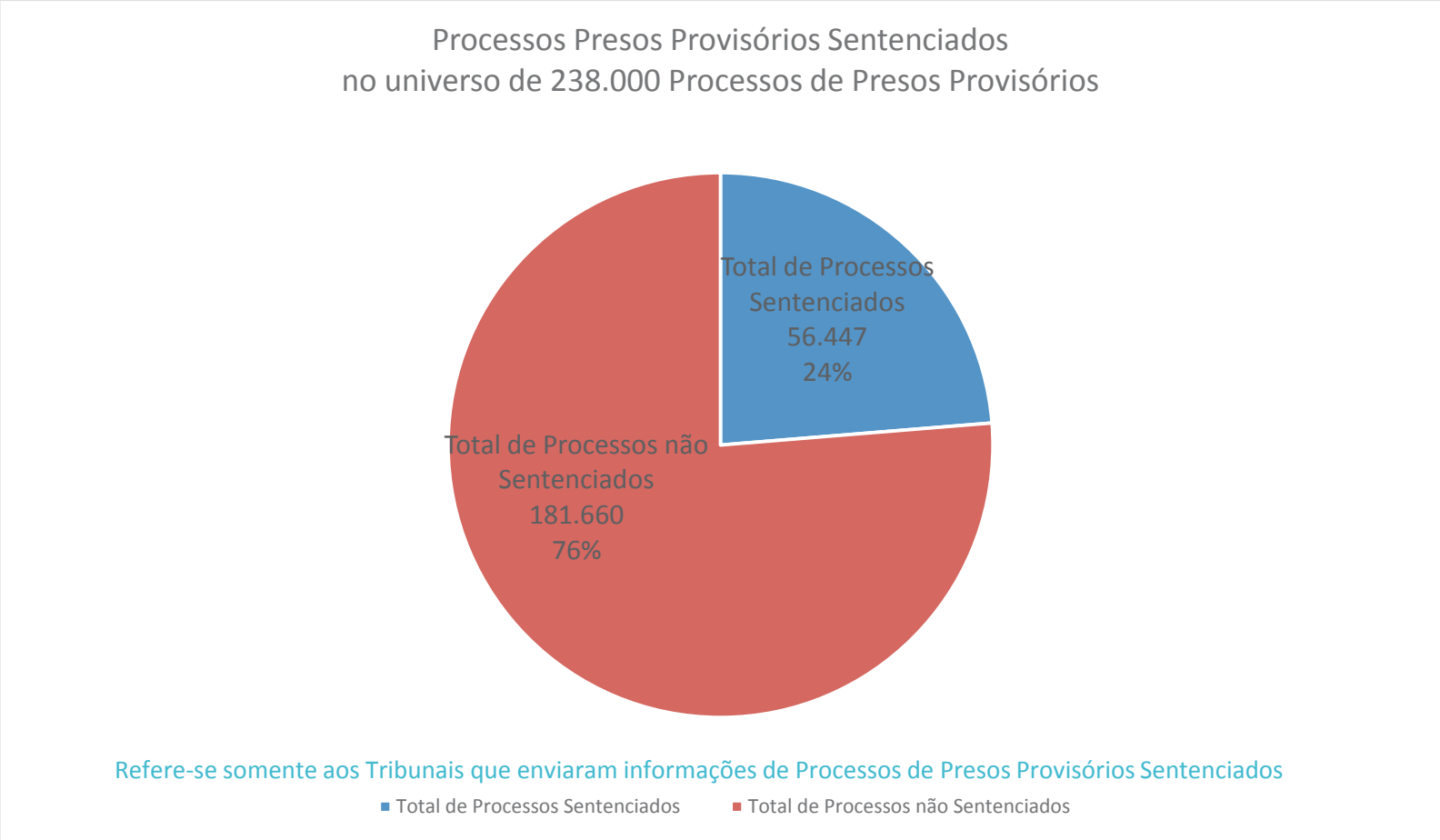


Gráfico 11. Percentual de Processos Presos Provisórios Sentenciados (Condenados/Absolvidos) de Janeiro a Abril de 2017 - Brasil

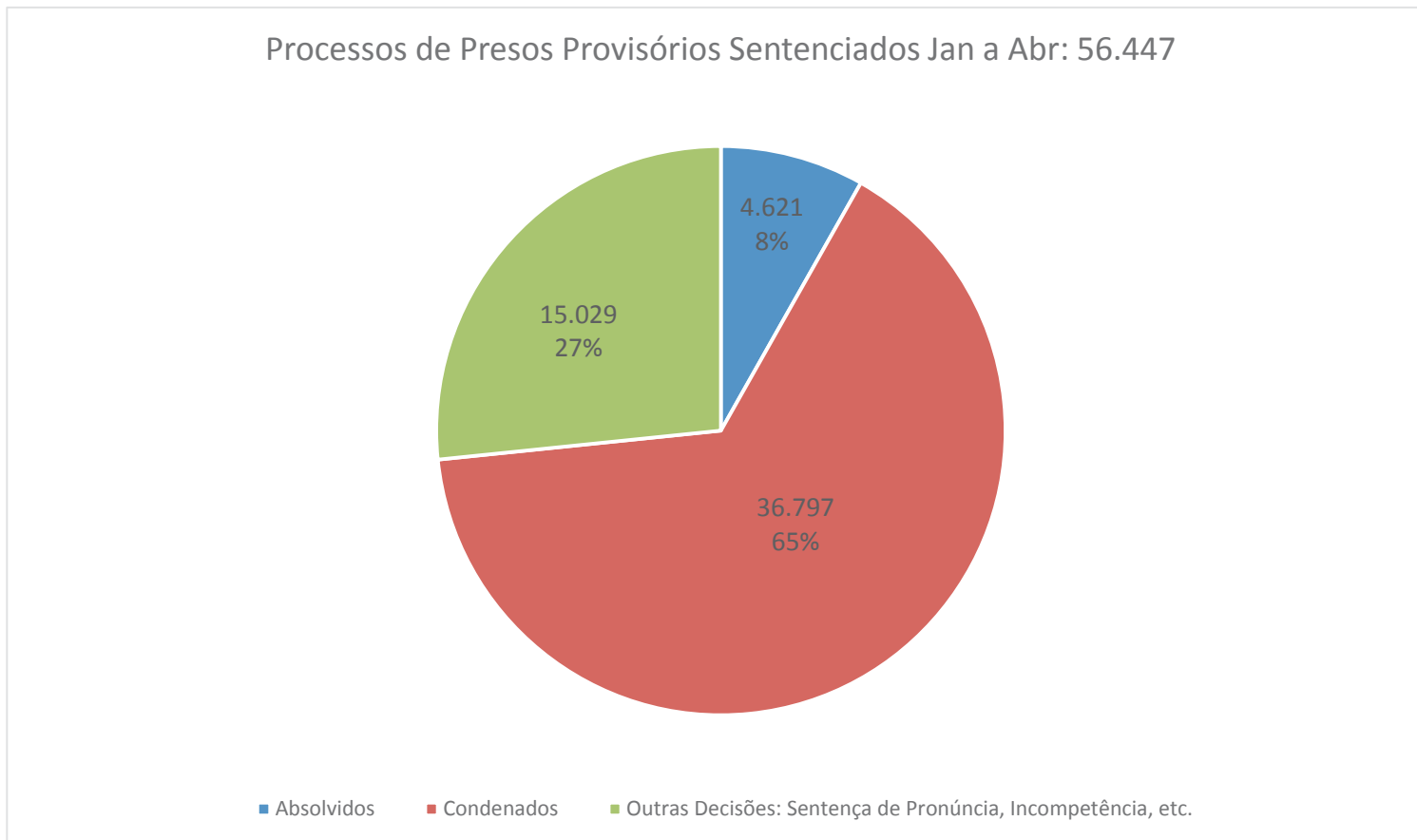


Gráfico 12. Percentual de Processos Presos Provisórios Sentenciados de Janeiro a Abril de 2017 por Estado

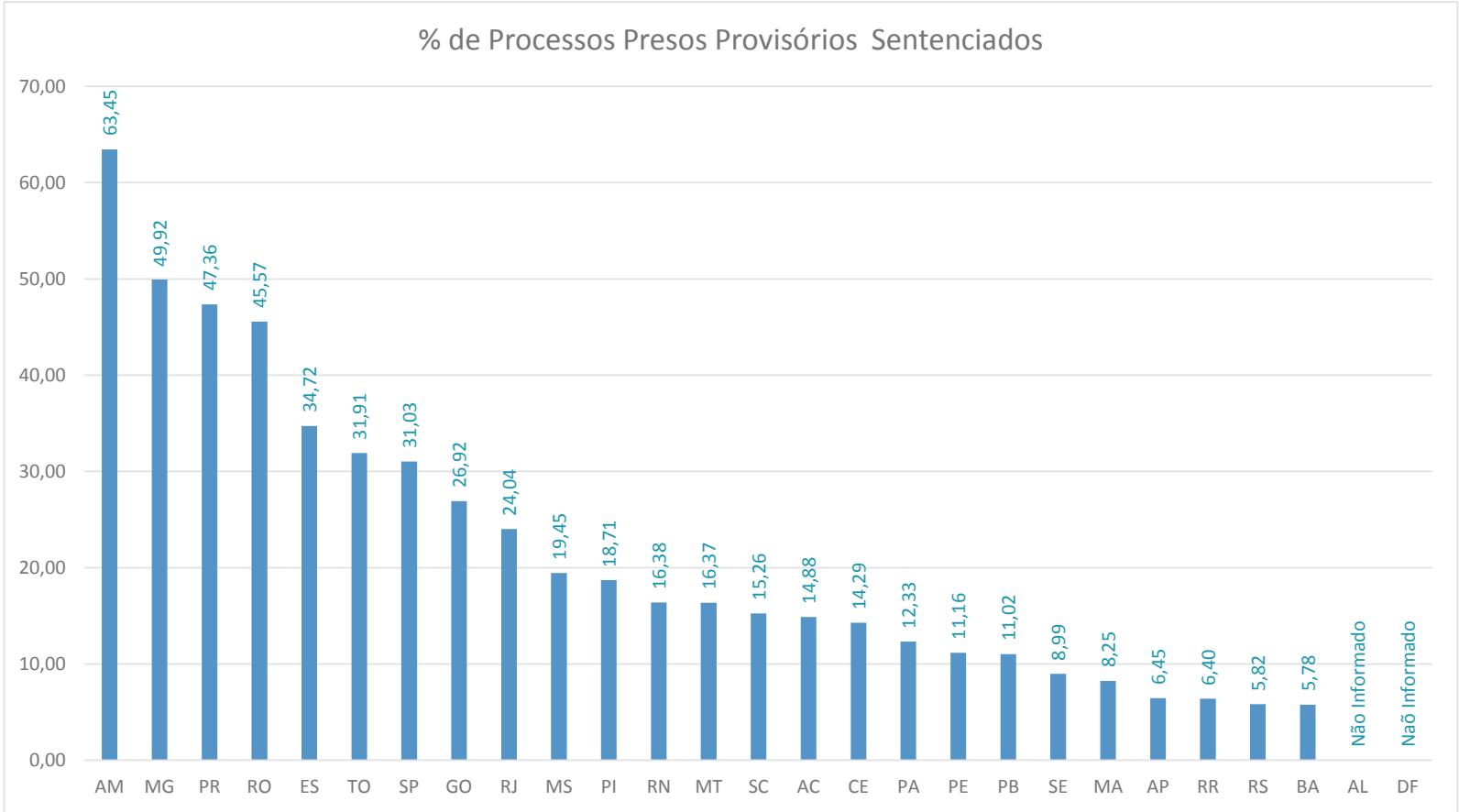


Gráfico 13. Acre - Dados Gerais

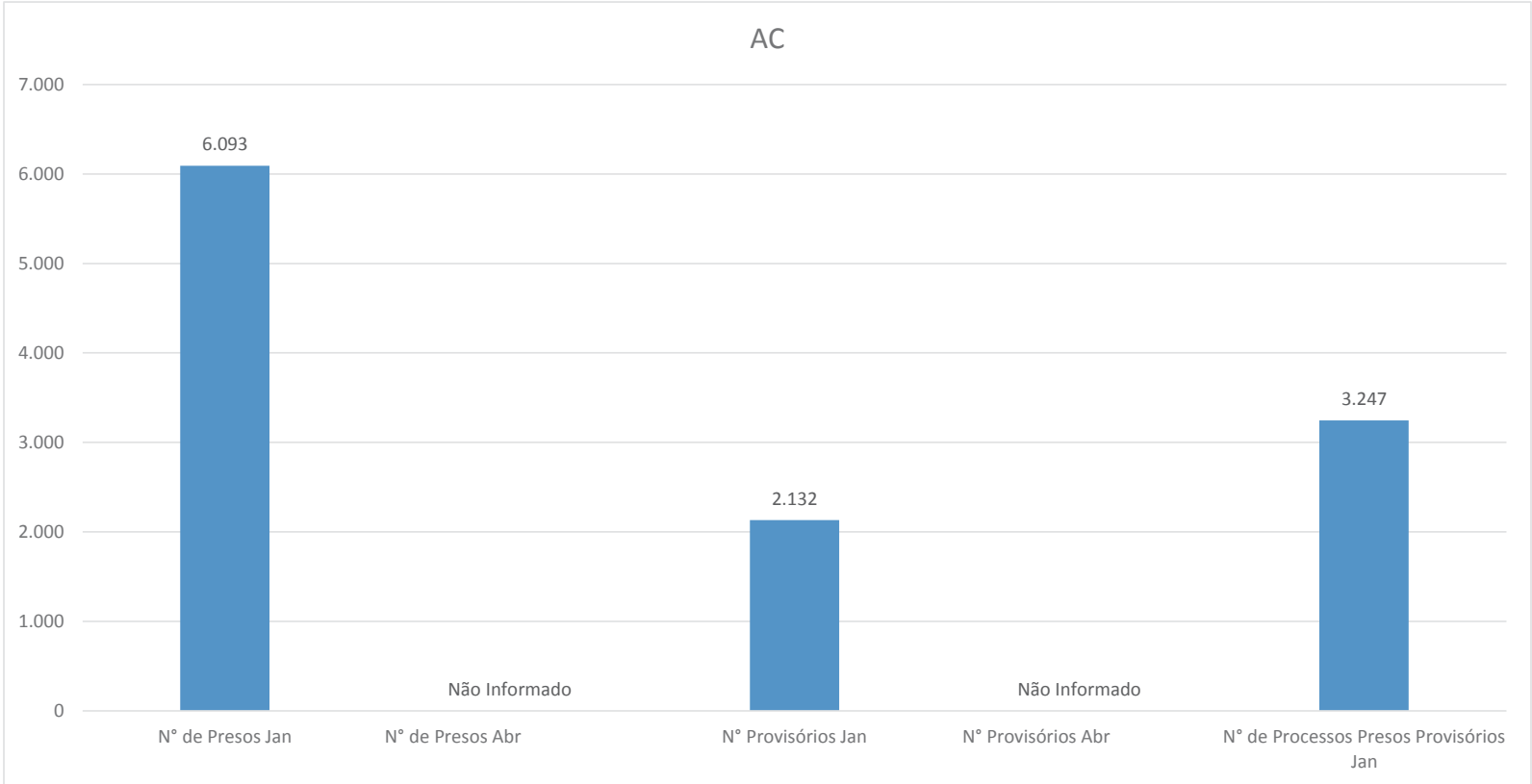


Gráfico 14. Acre – Análise dos Processos

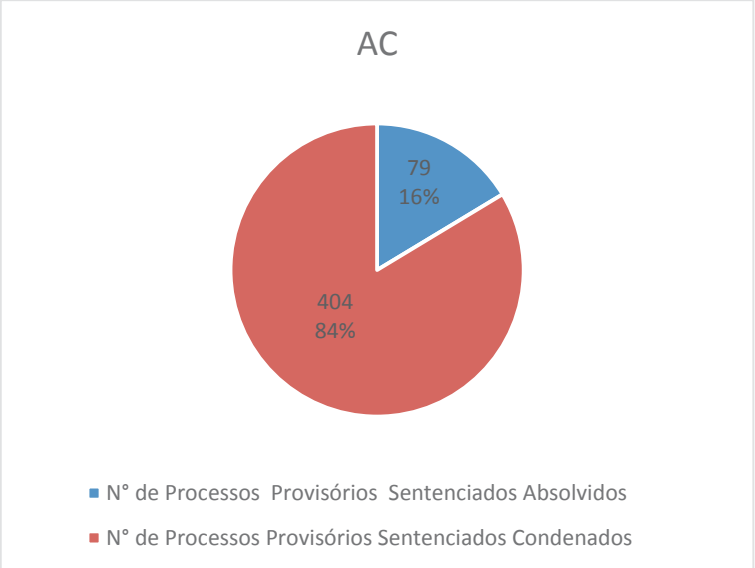
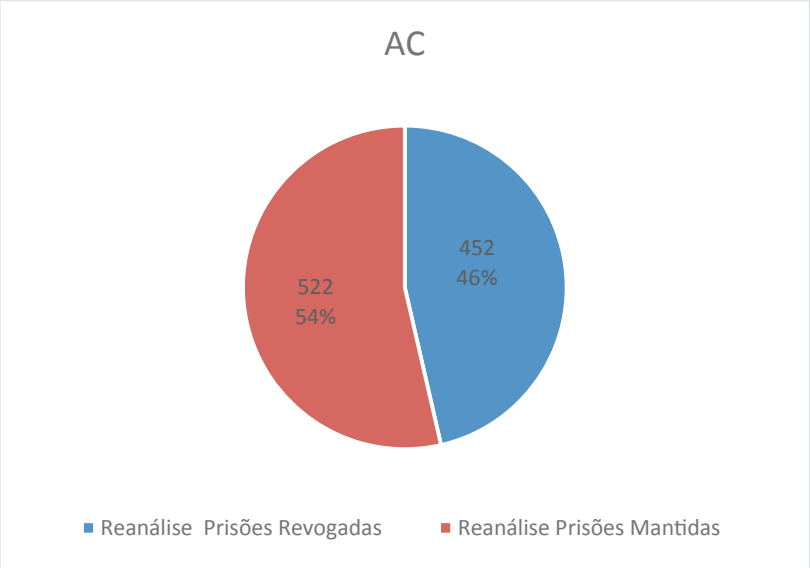


Gráfico 15. Alagoas - Dados Gerais

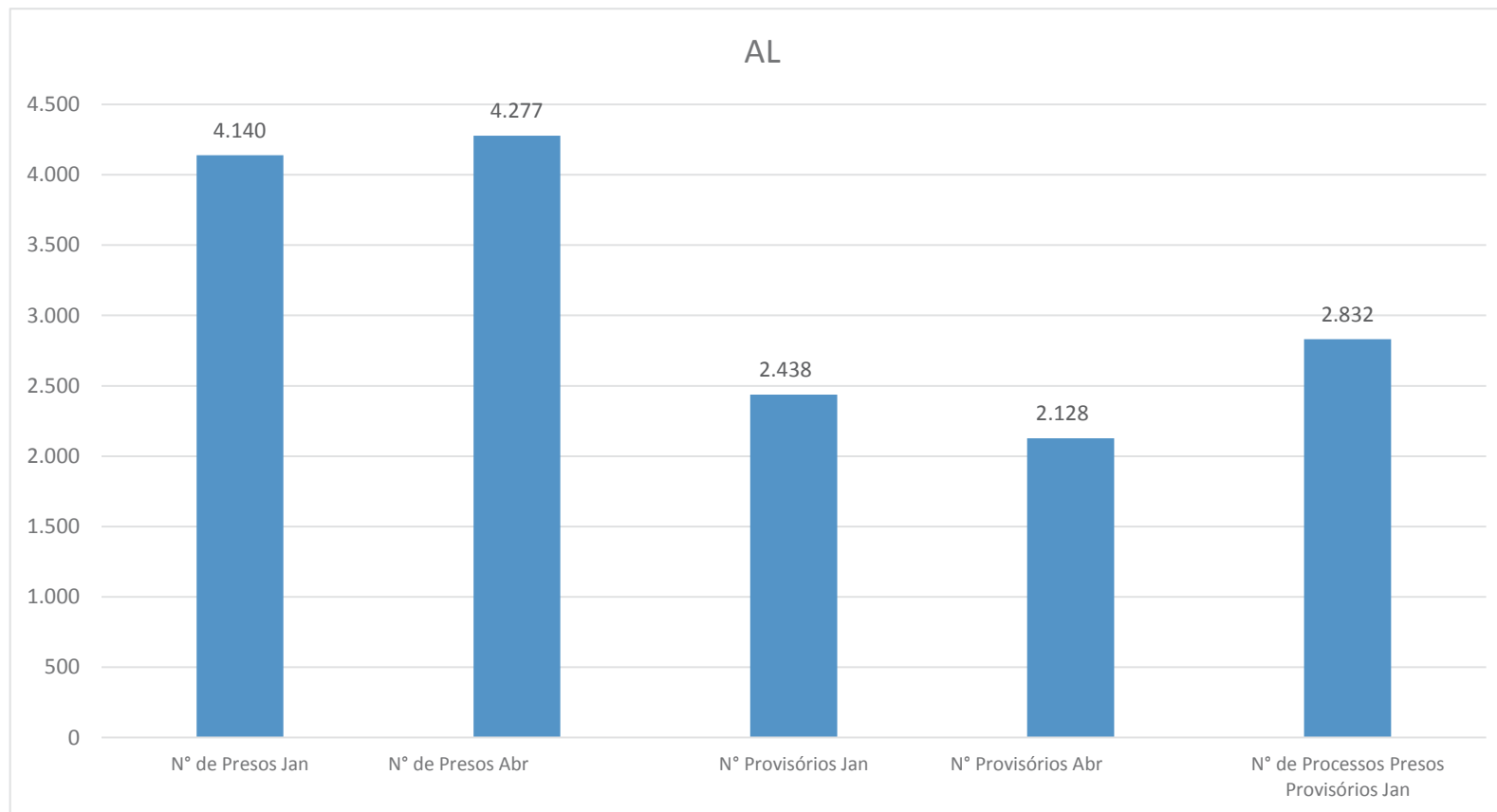


Gráfico 16. Alagoas - Análise dos Processos

Não foram enviadas informações.

Gráfico 17. Amazonas – Dados Gerais

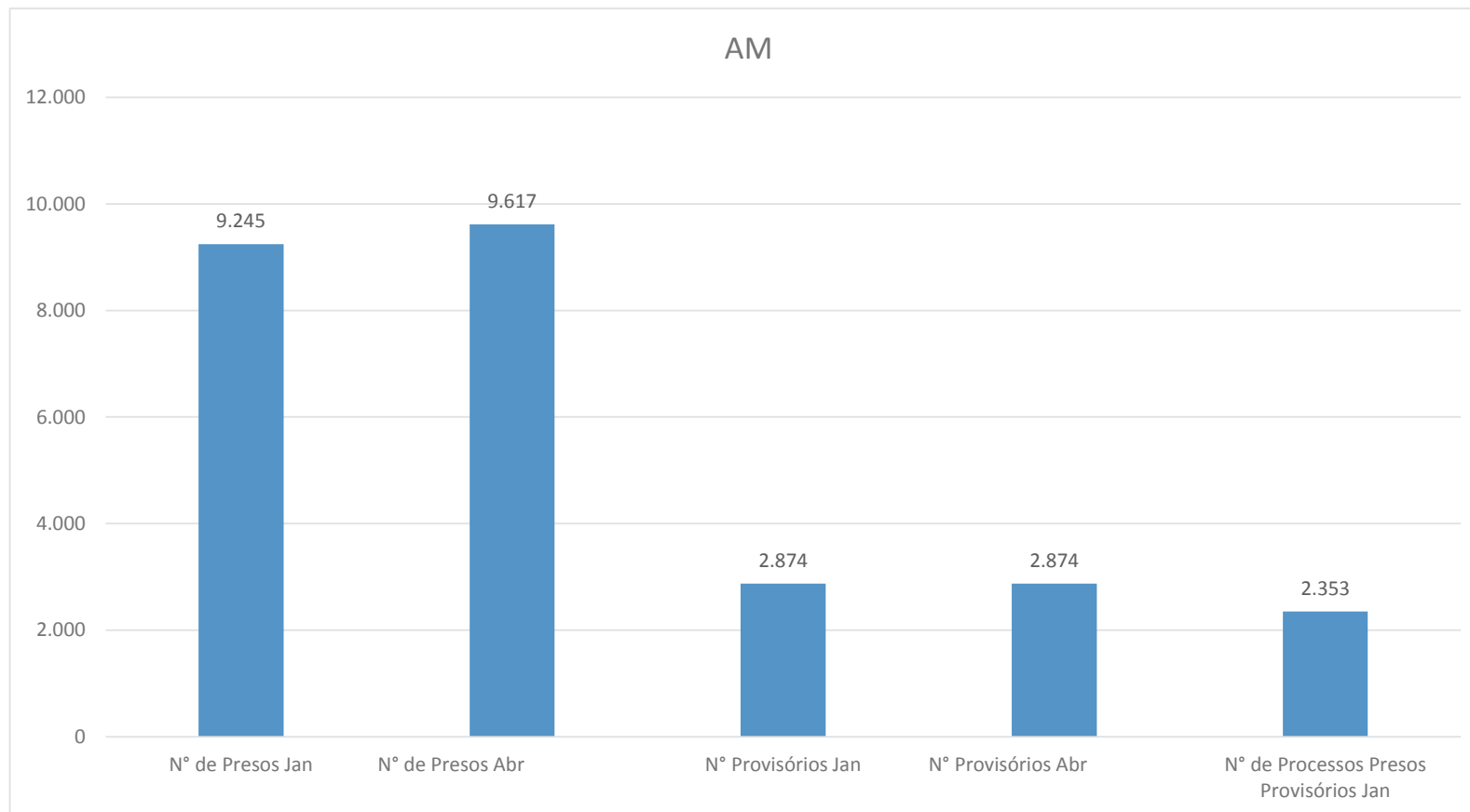


Gráfico 18. Amazonas – Análise dos Processos

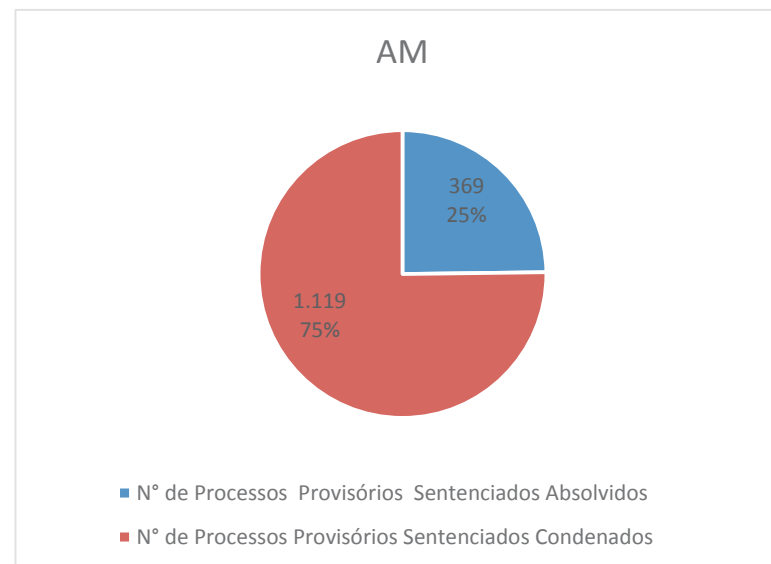
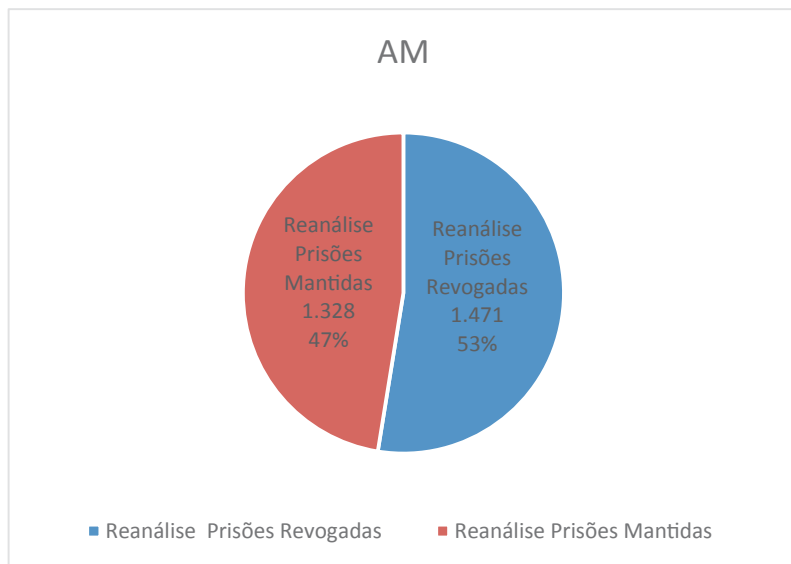


Gráfico 19. Amapá – Dados Gerais

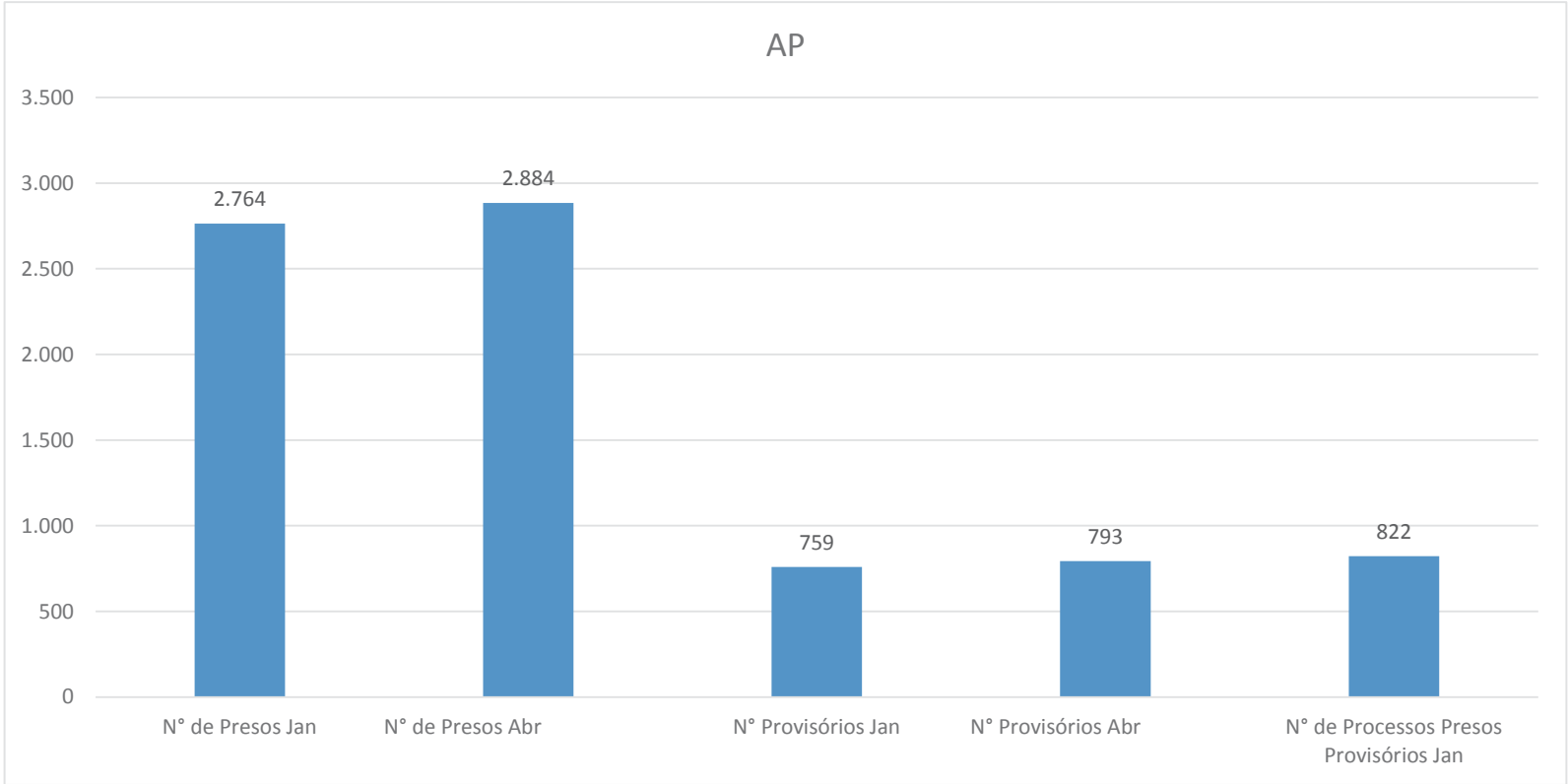


Gráfico 20. Amapá – Análise dos Processos

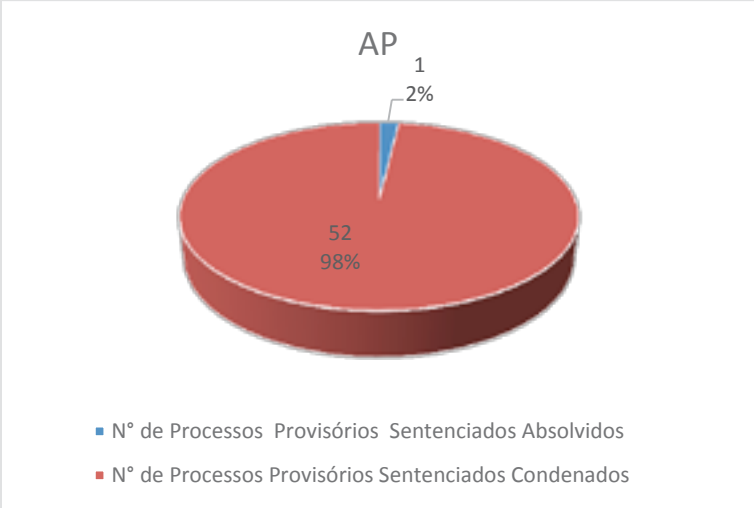
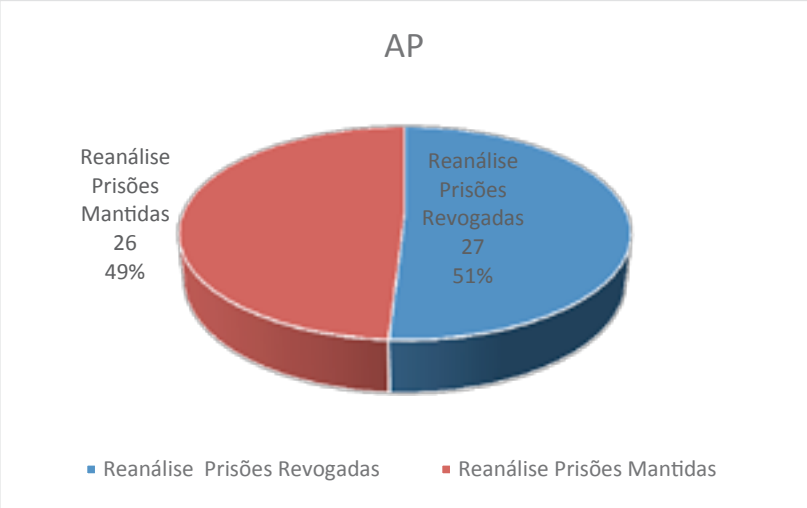


Gráfico 21. Bahia – Dados Gerais

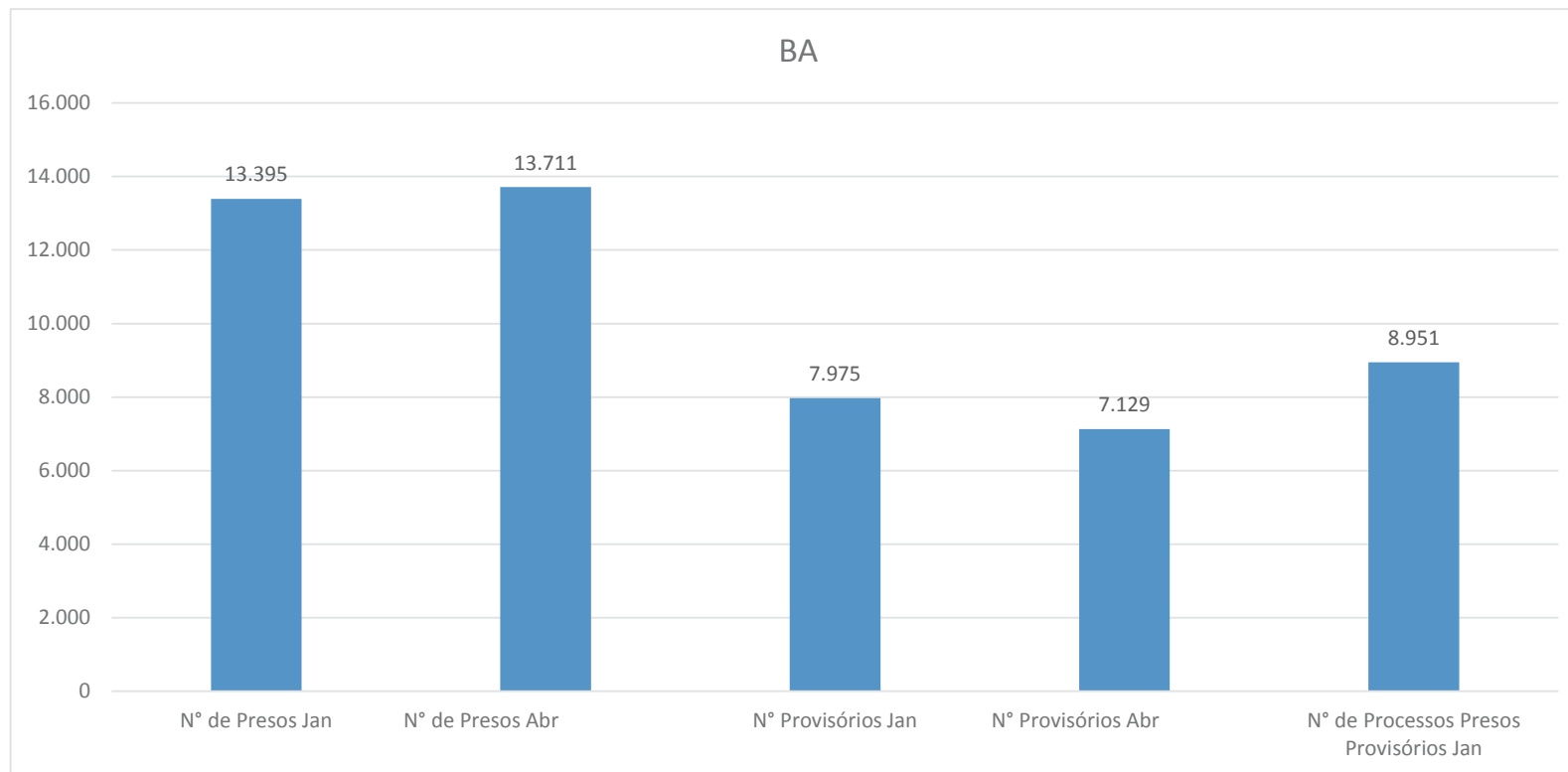


Gráfico 22. Bahia – Análise de Processos

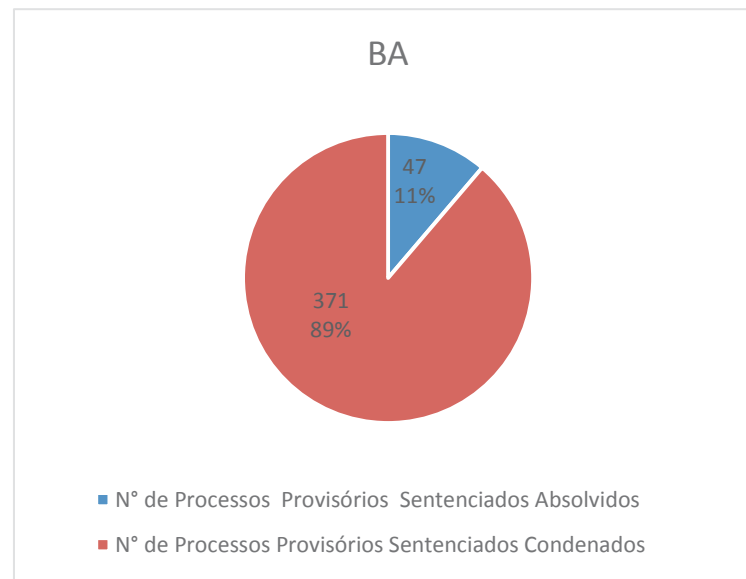
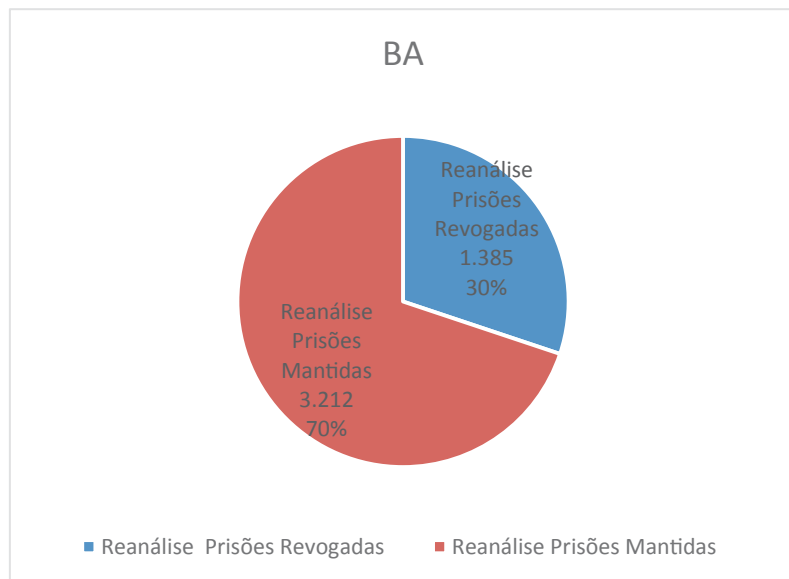


Gráfico 23. Ceará – Dados Gerais

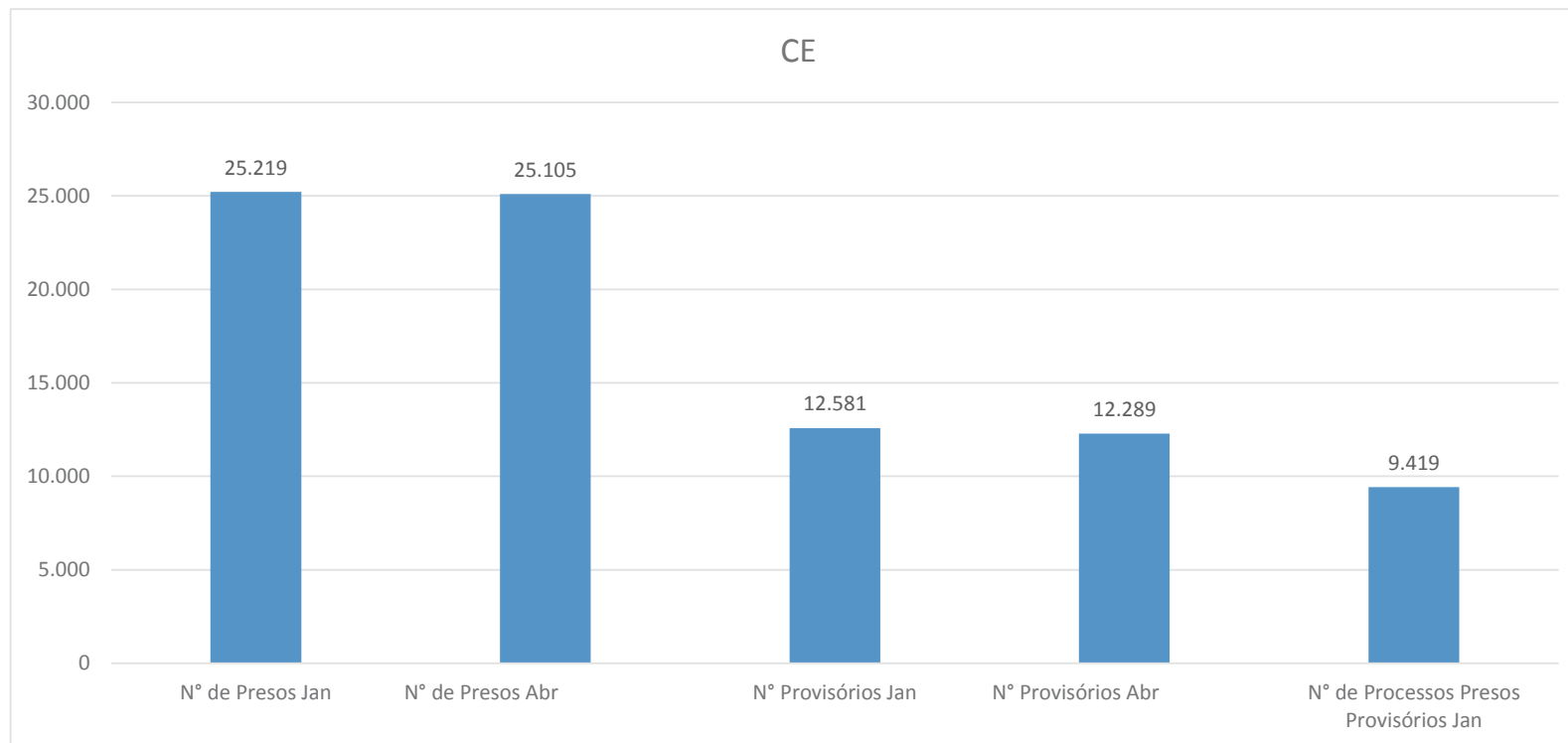


Gráfico 24. Ceará – Análise dos Processos



Obs.: Não foram enviadas informações sobre processos reanalisados.

Gráfico 25. Distrito Federal – Dados Gerais

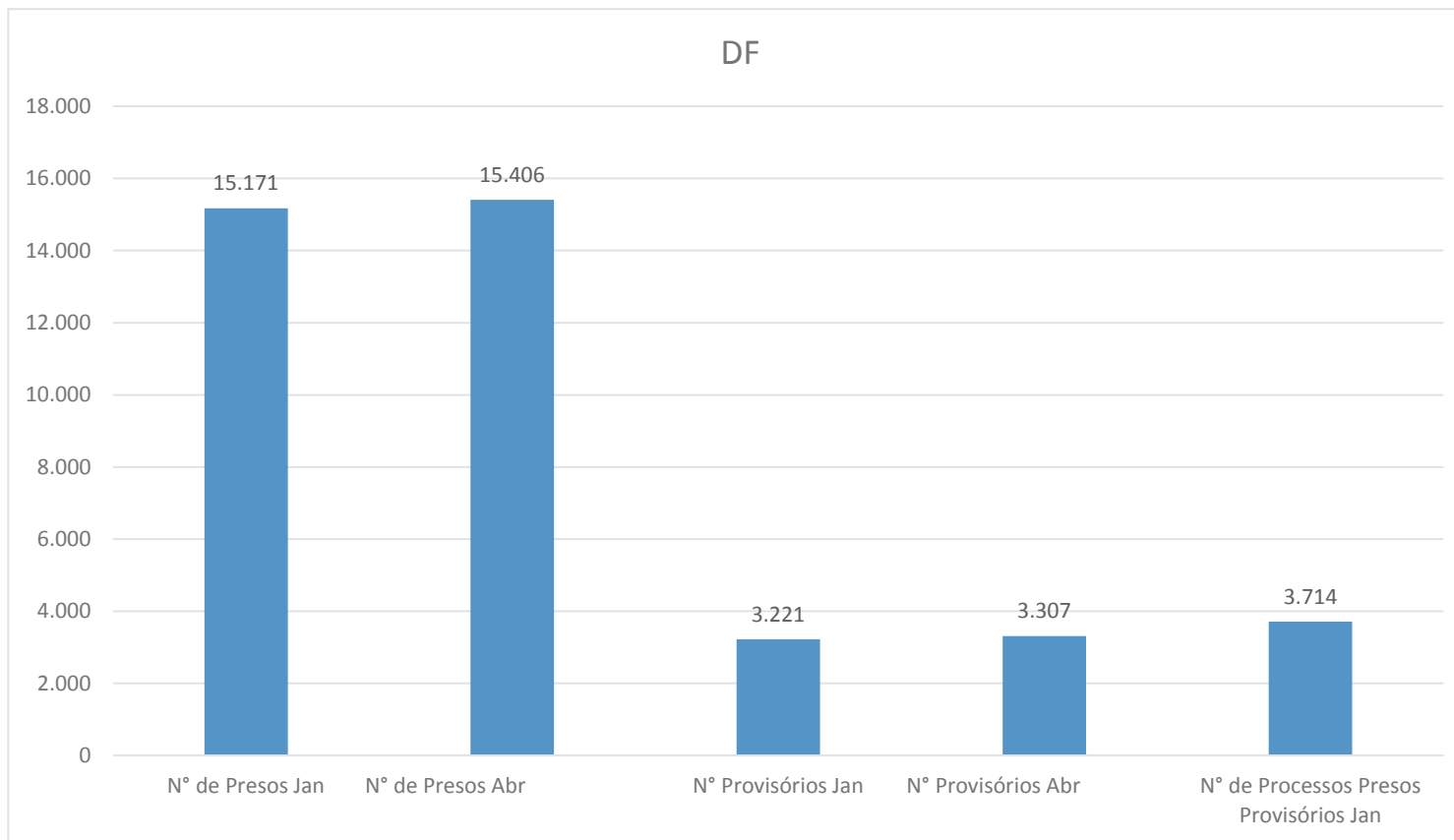


Gráfico 26. Distrito Federal – Análise dos processos

As informações enviadas estão incompletas.

Gráfico 27. Espírito Santo – Dados Gerais

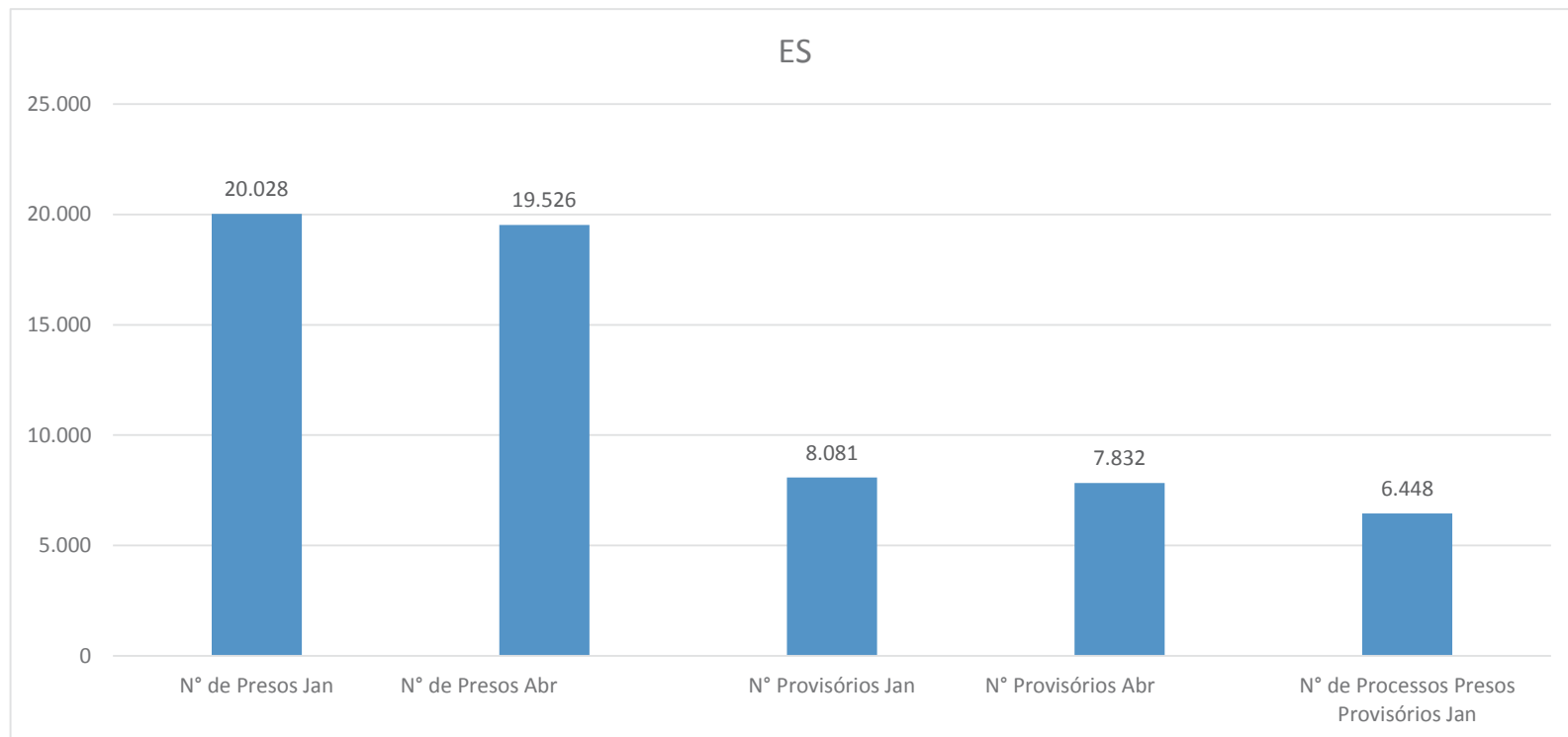


Gráfico 28. Espírito Santo – Análise dos Processos

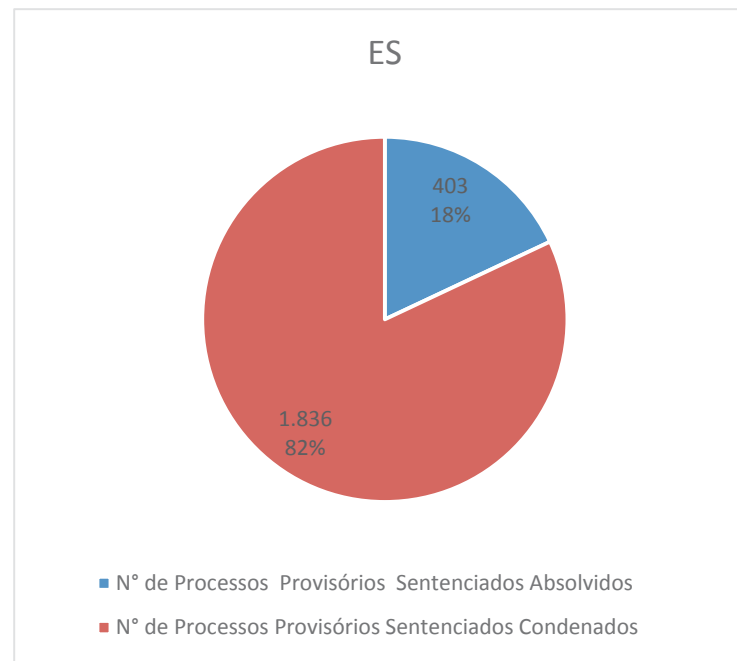
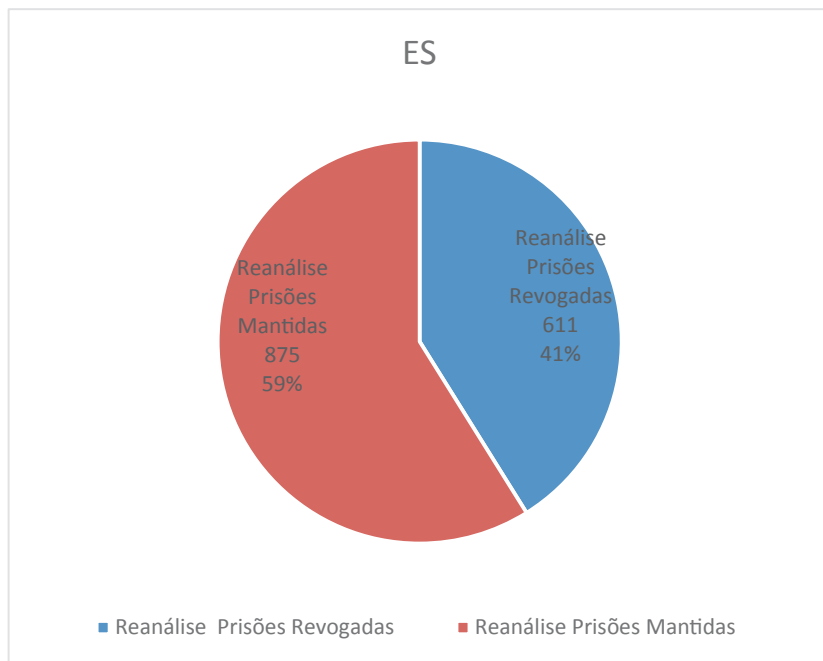


Gráfico 29. Goiás – Dados Gerais Goiás

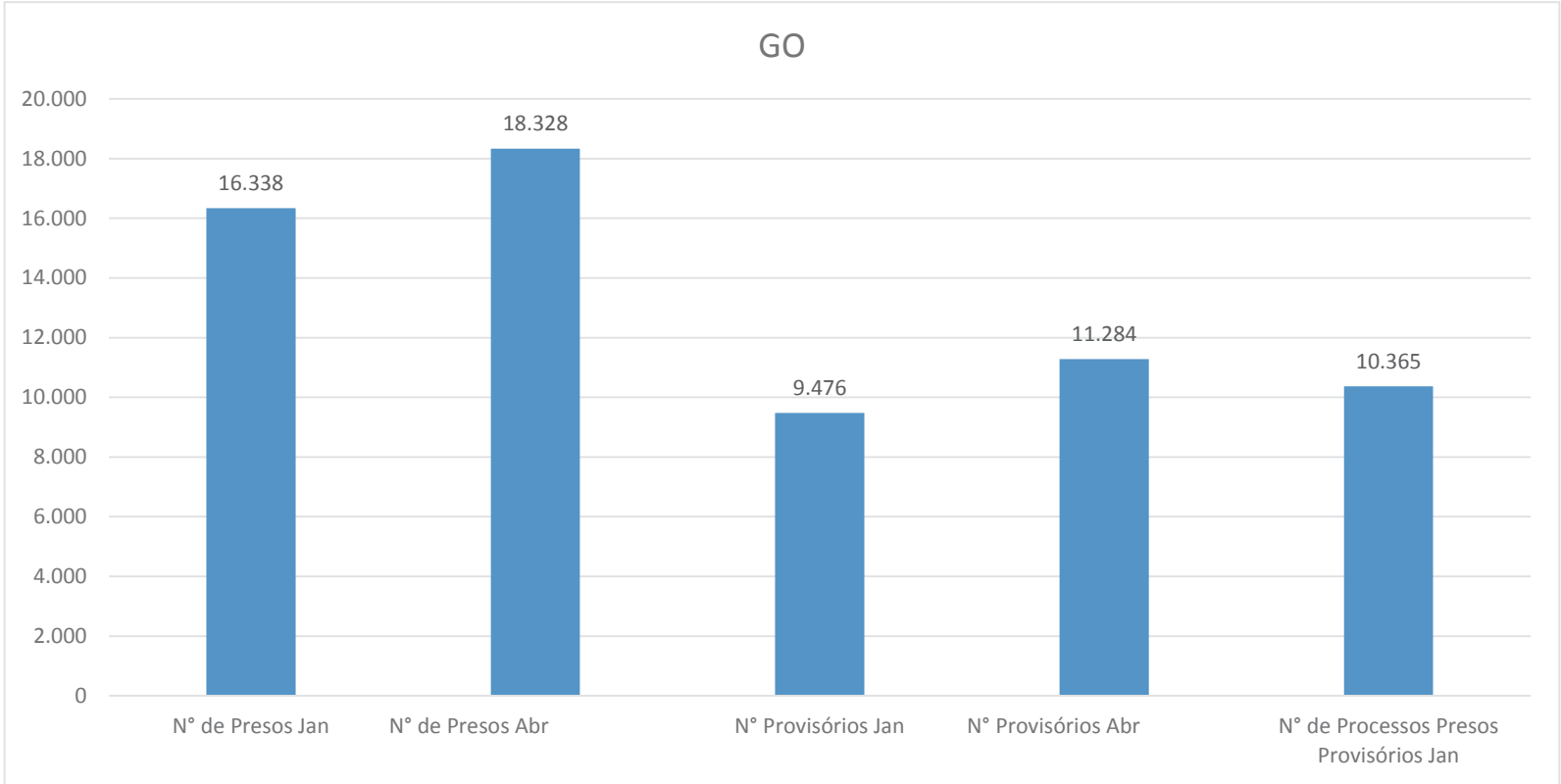


Gráfico 30. Goiás – Análise dos Processos

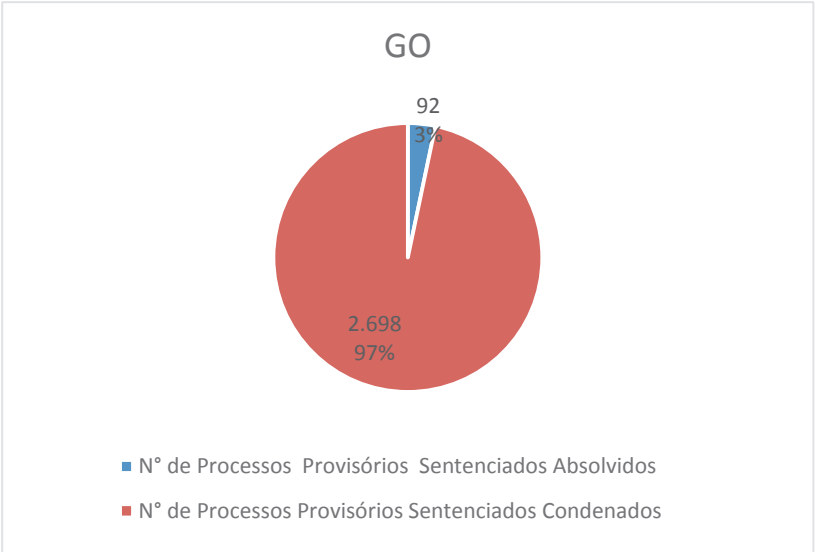
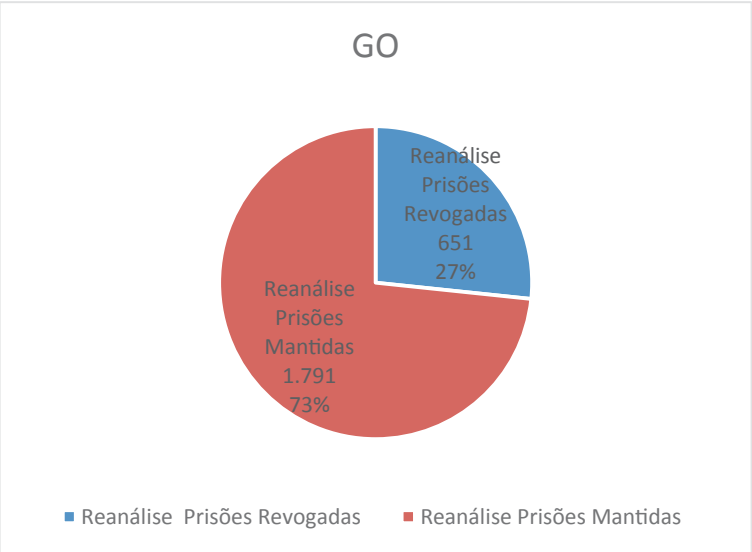


Gráfico 31. Maranhão – Dados Gerais

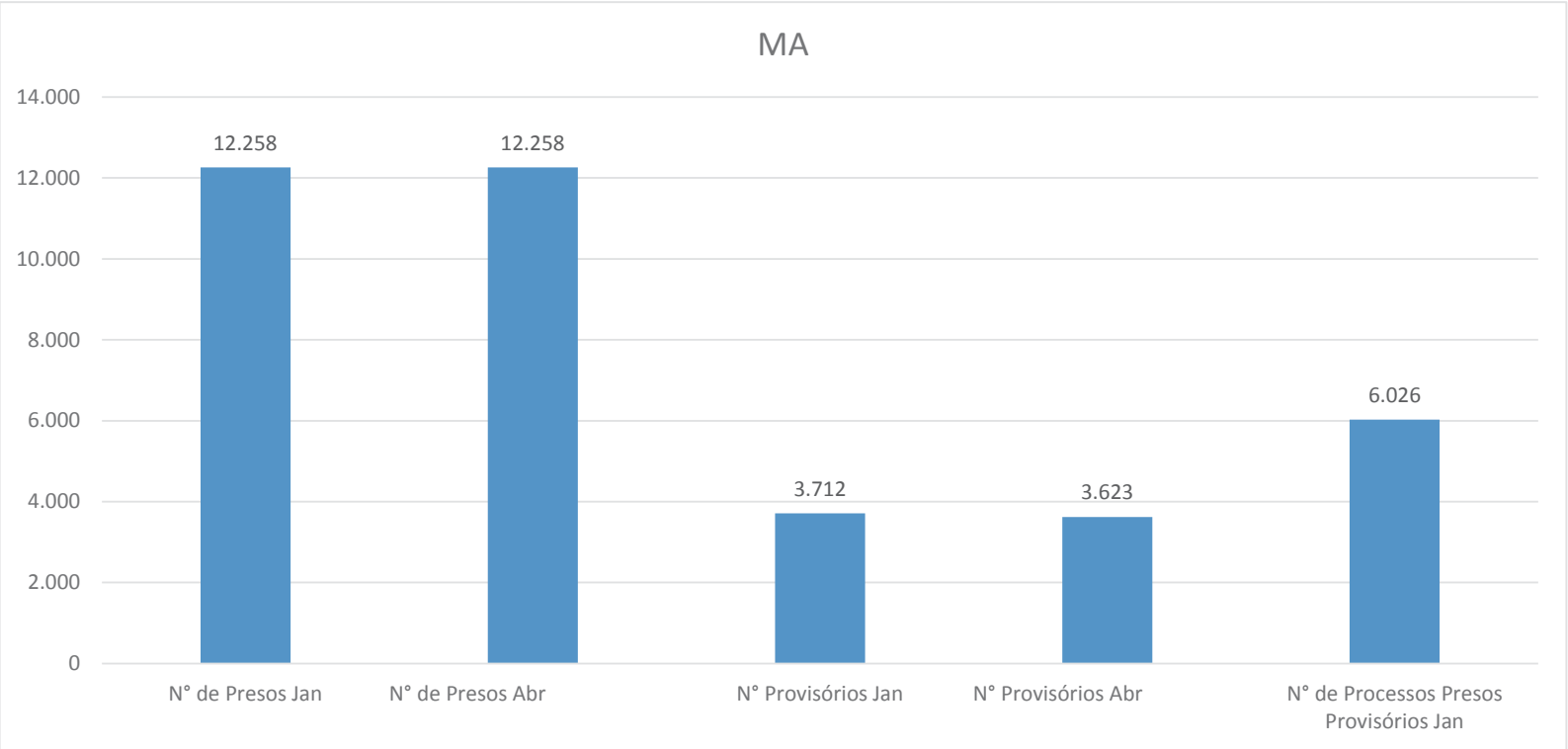


Gráfico 32. Maranhão – Análise de Processos

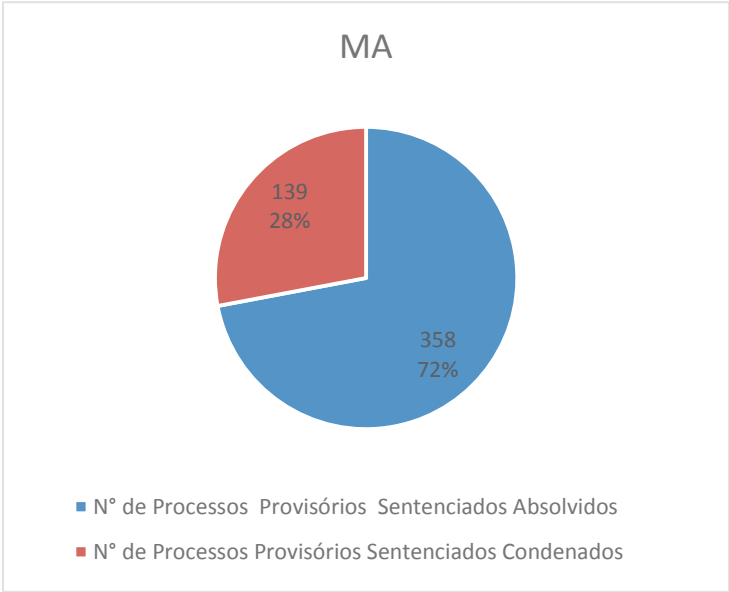
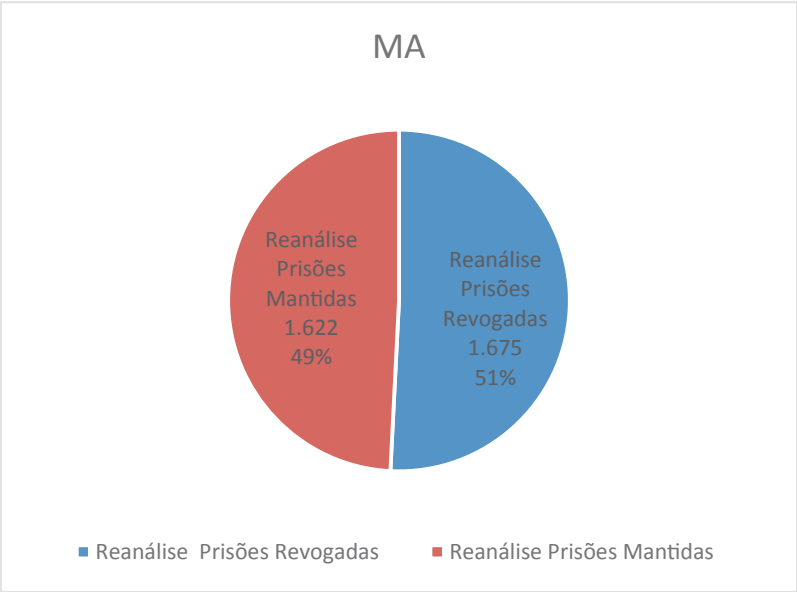


Gráfico 33. Minas Gerais – Dados Gerais

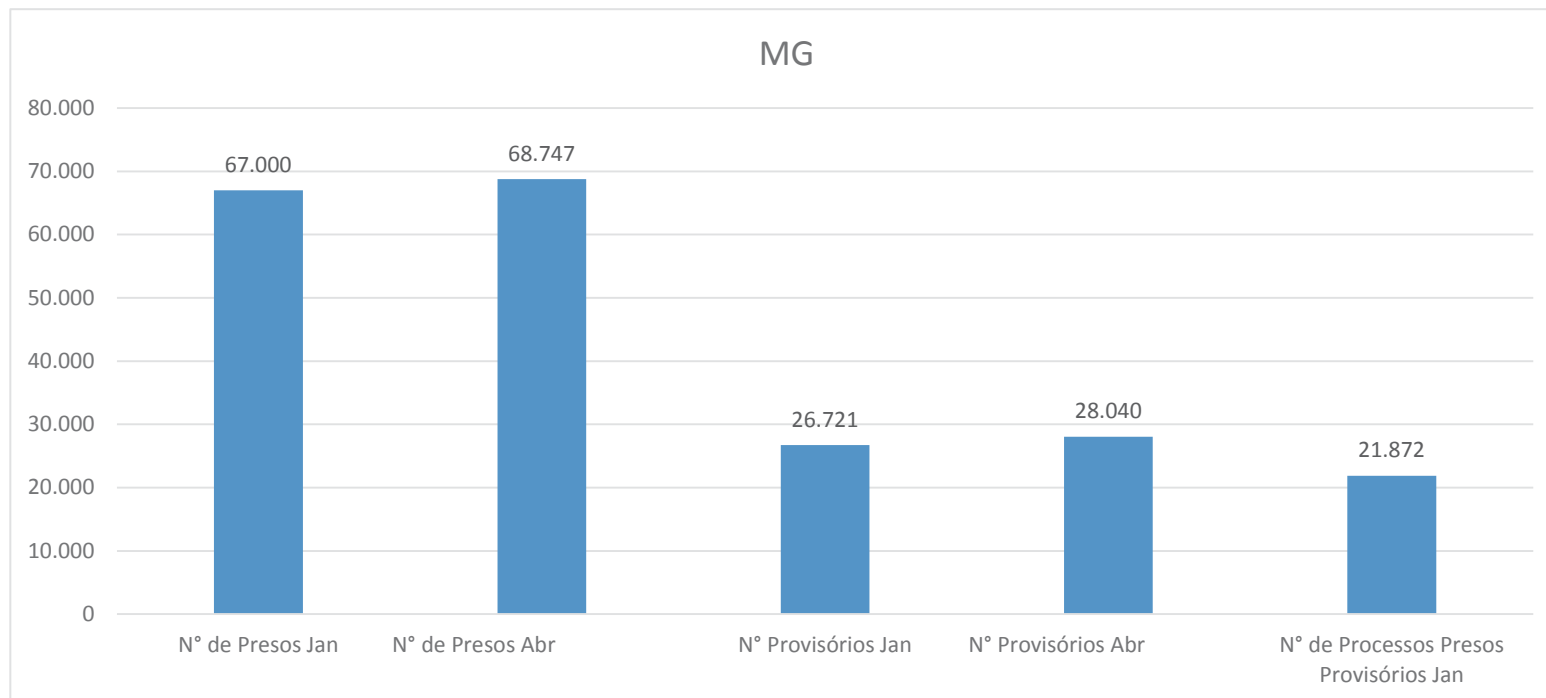


Gráfico 34. Minas Gerais – Análise de Processos

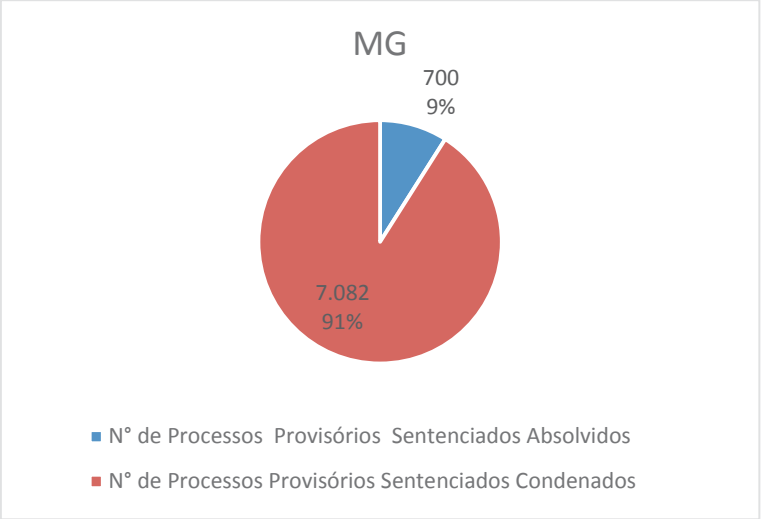
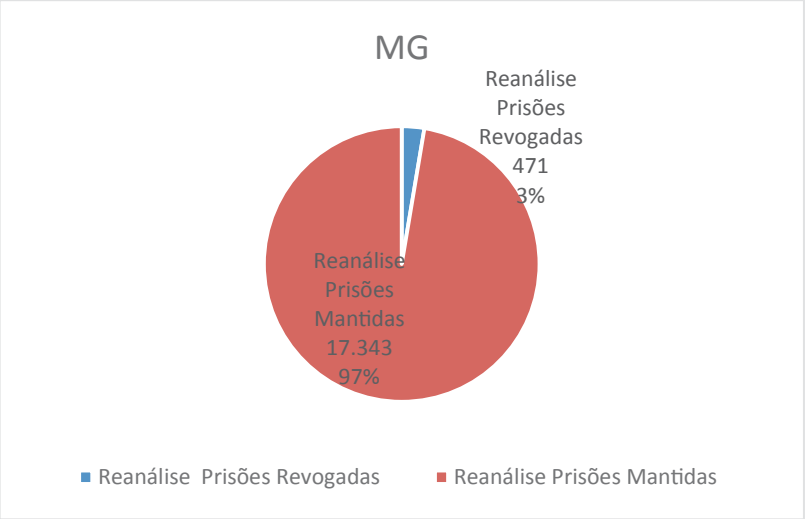


Gráfico 35. Mato Grosso do Sul – Dados Gerais

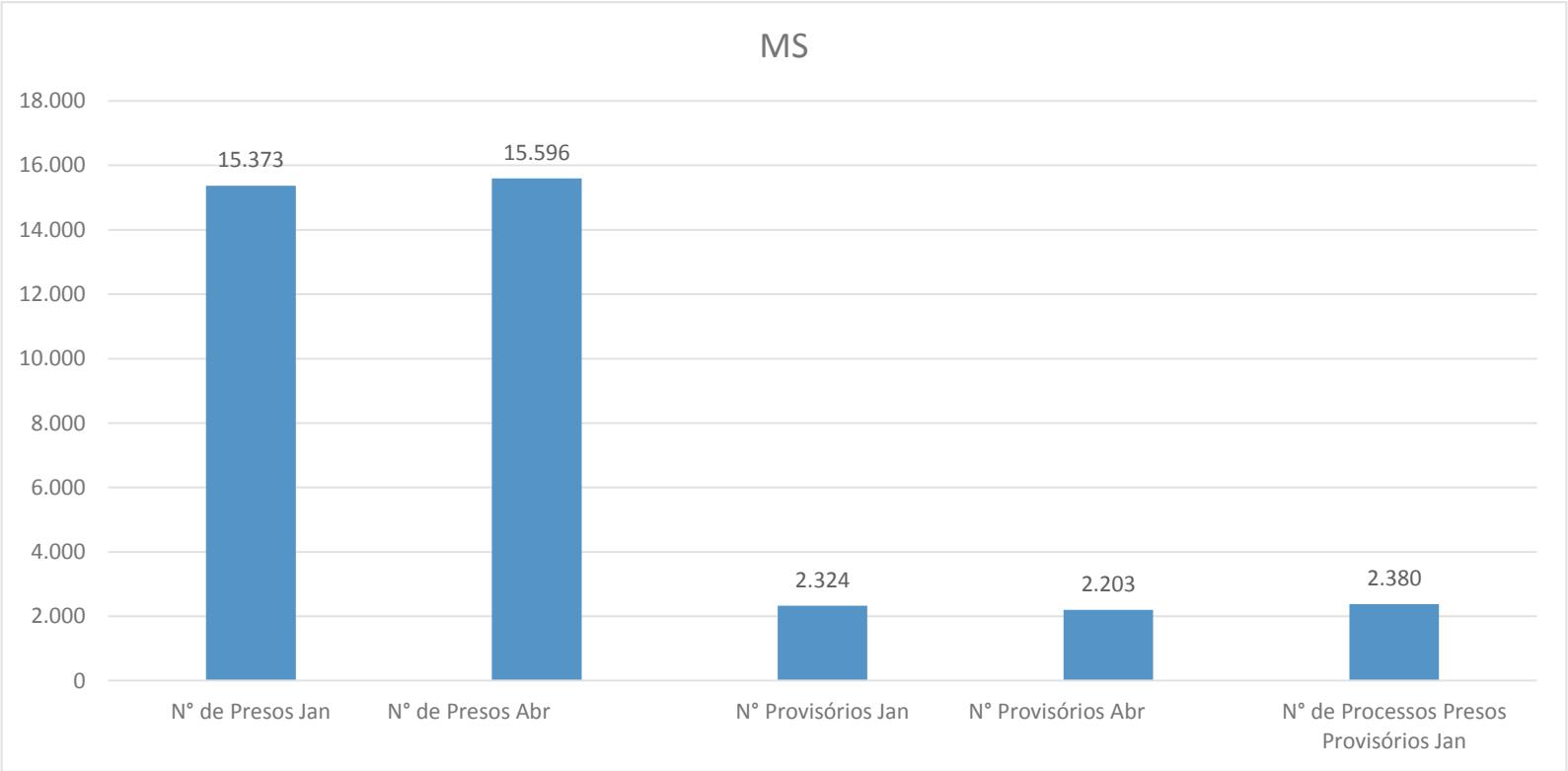
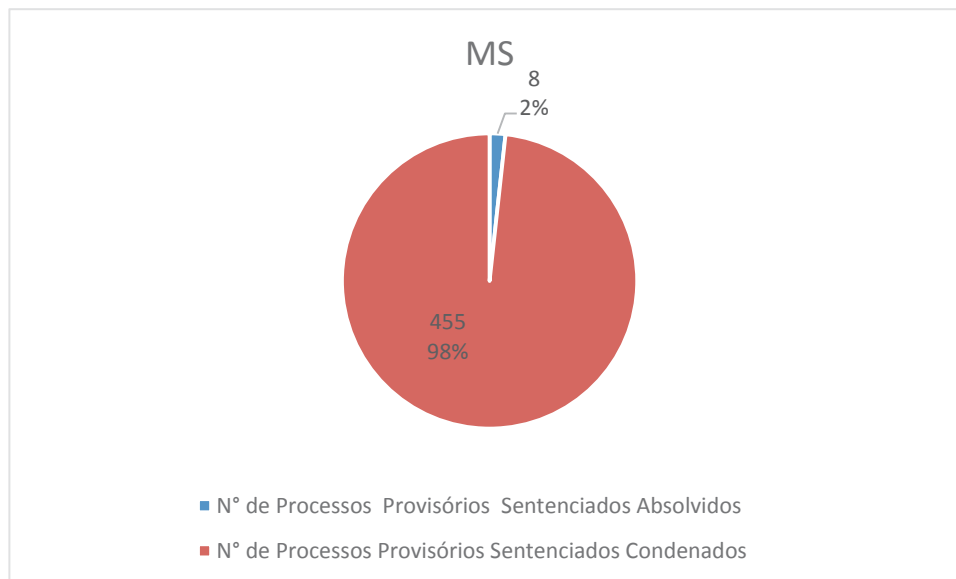


Gráfico 36. Mato Grosso do Sul – Análise de Processos



Obs. Não foram enviadas informações sobre processos reanalisados.

Gráfico 37. Mato Grosso – Dados Gerais

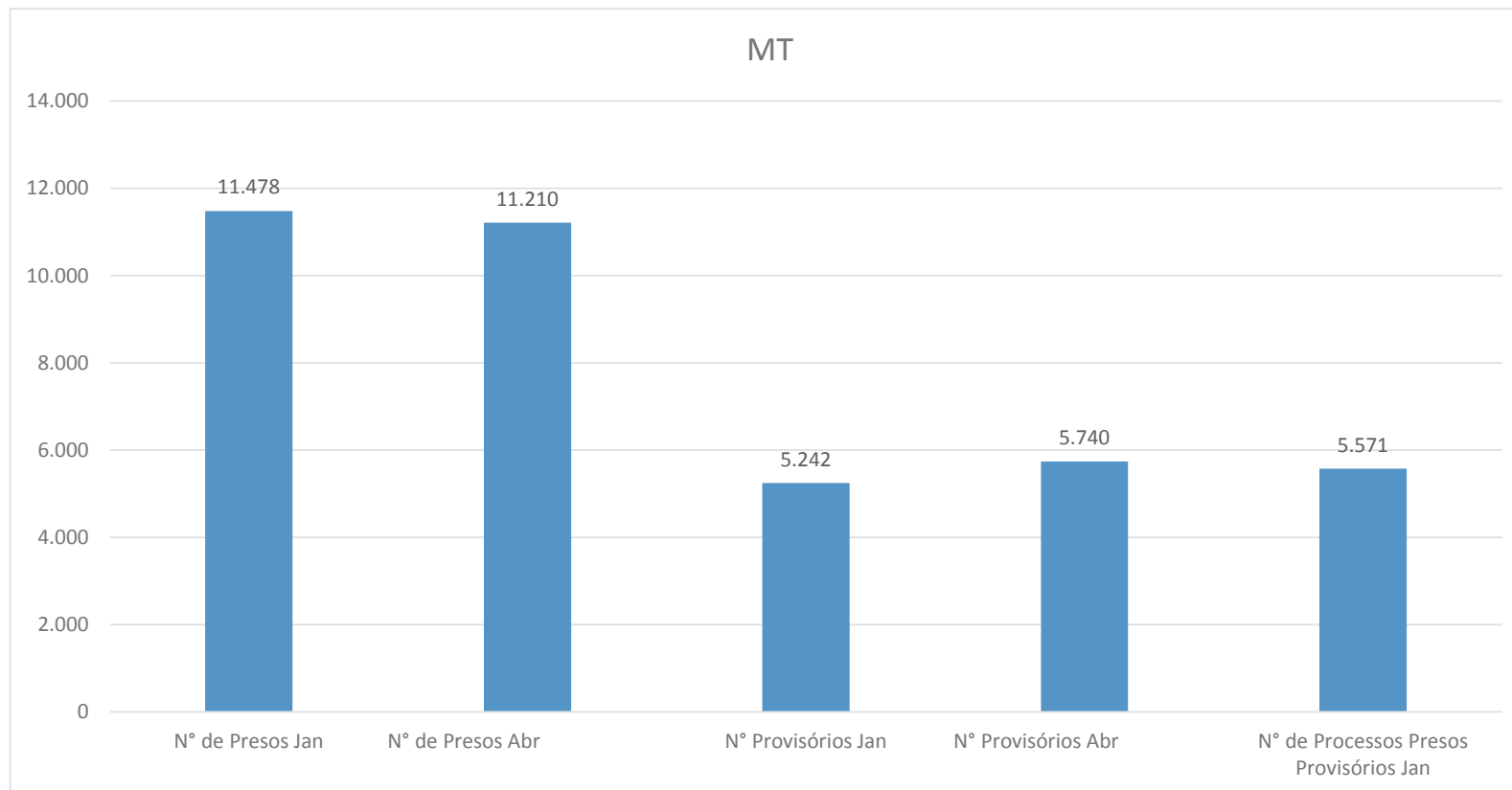


Gráfico 38. Mato Grosso – Análise de Processos

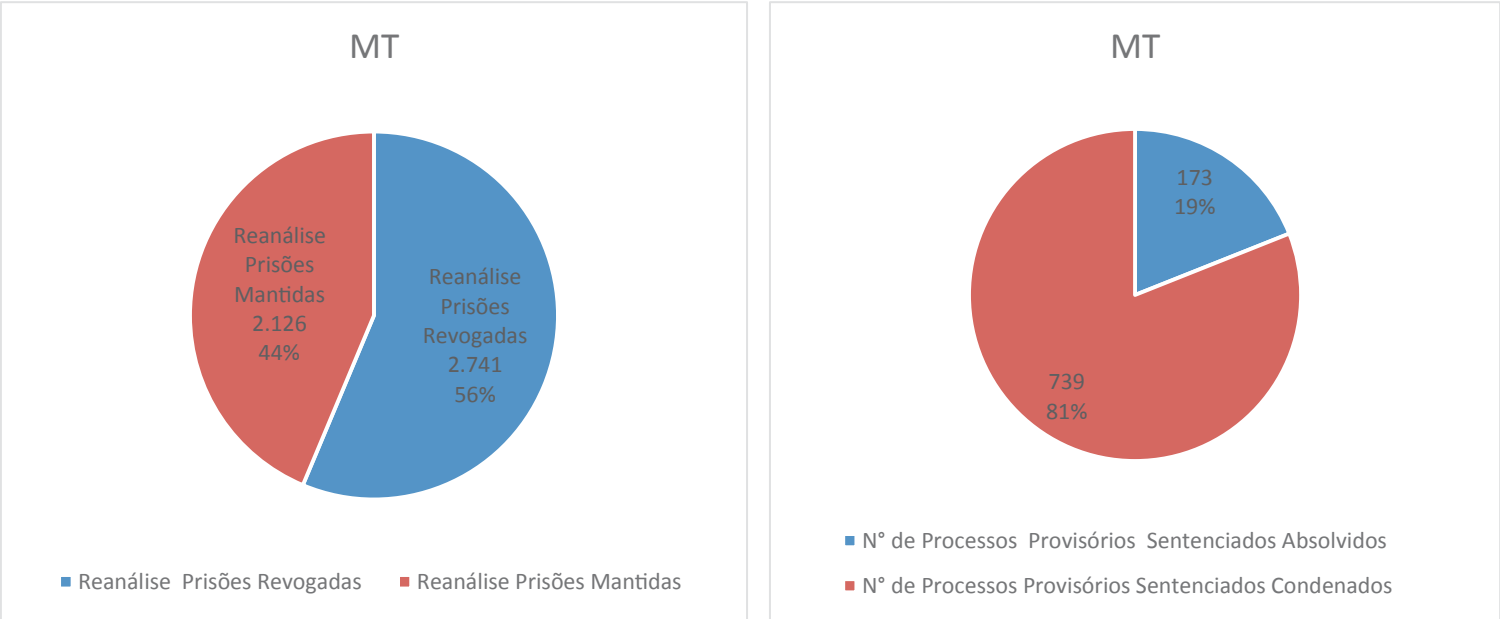


Gráfico 39. Pará – Dados Gerais

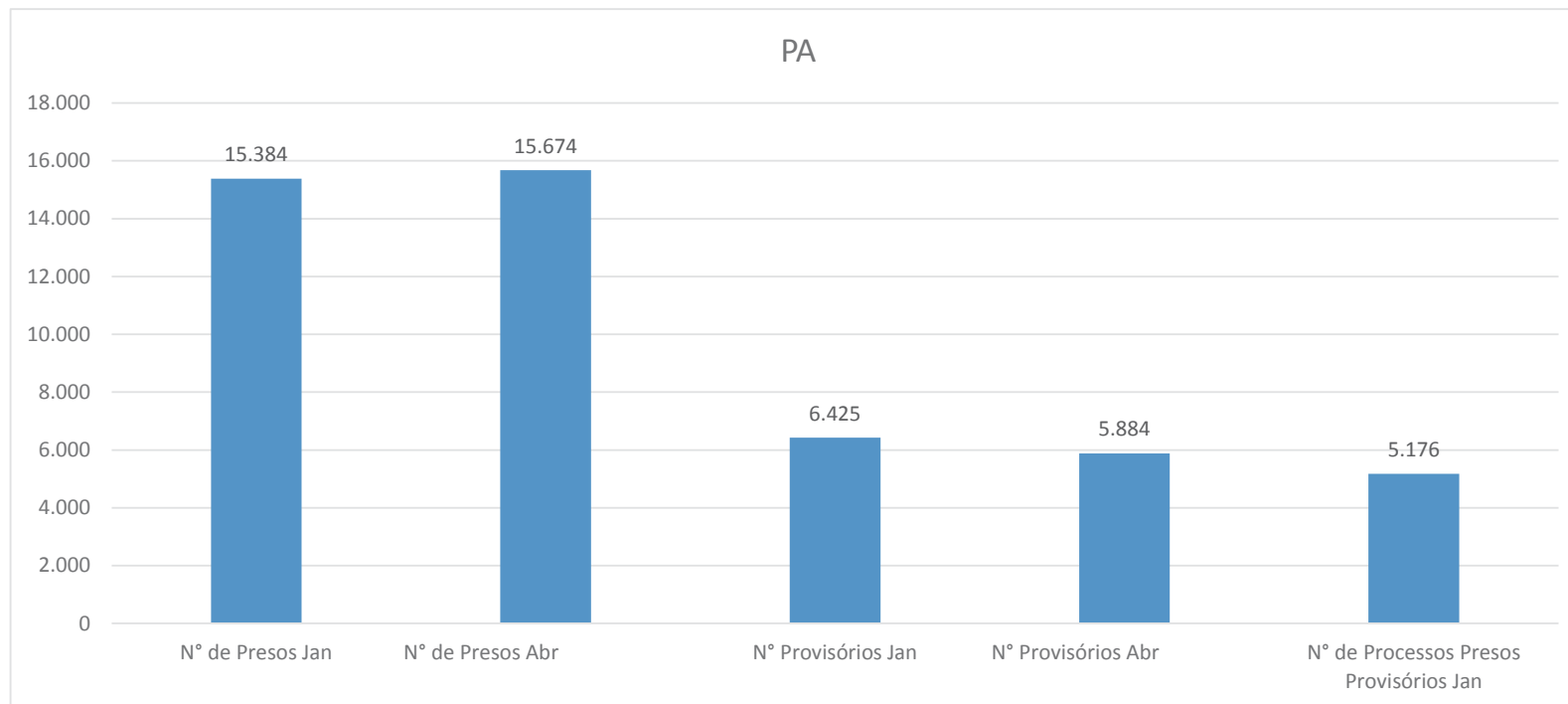


Gráfico 40. Pará – Análise de Processos

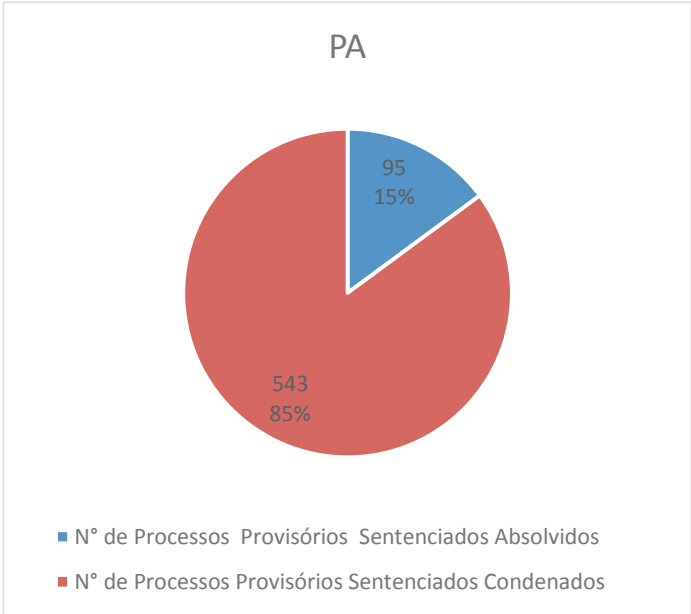
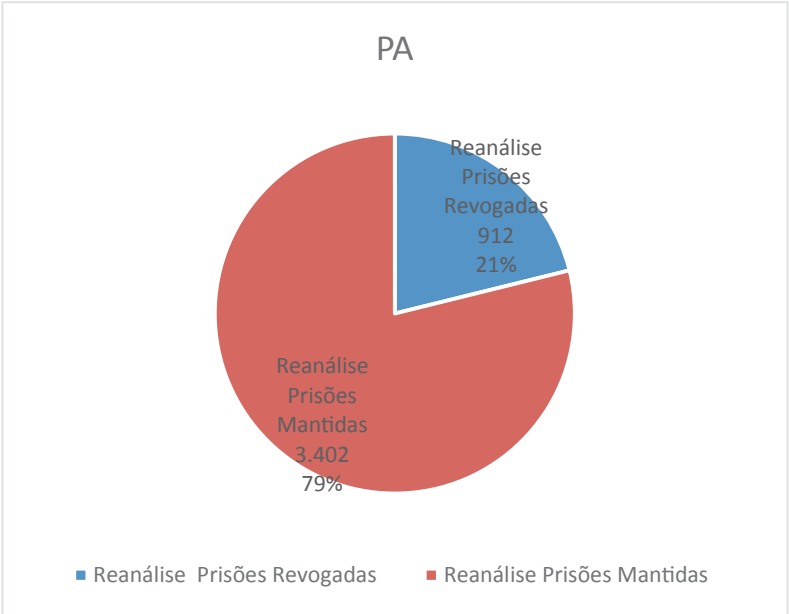


Gráfico 41. Paraíba – Dados Gerais

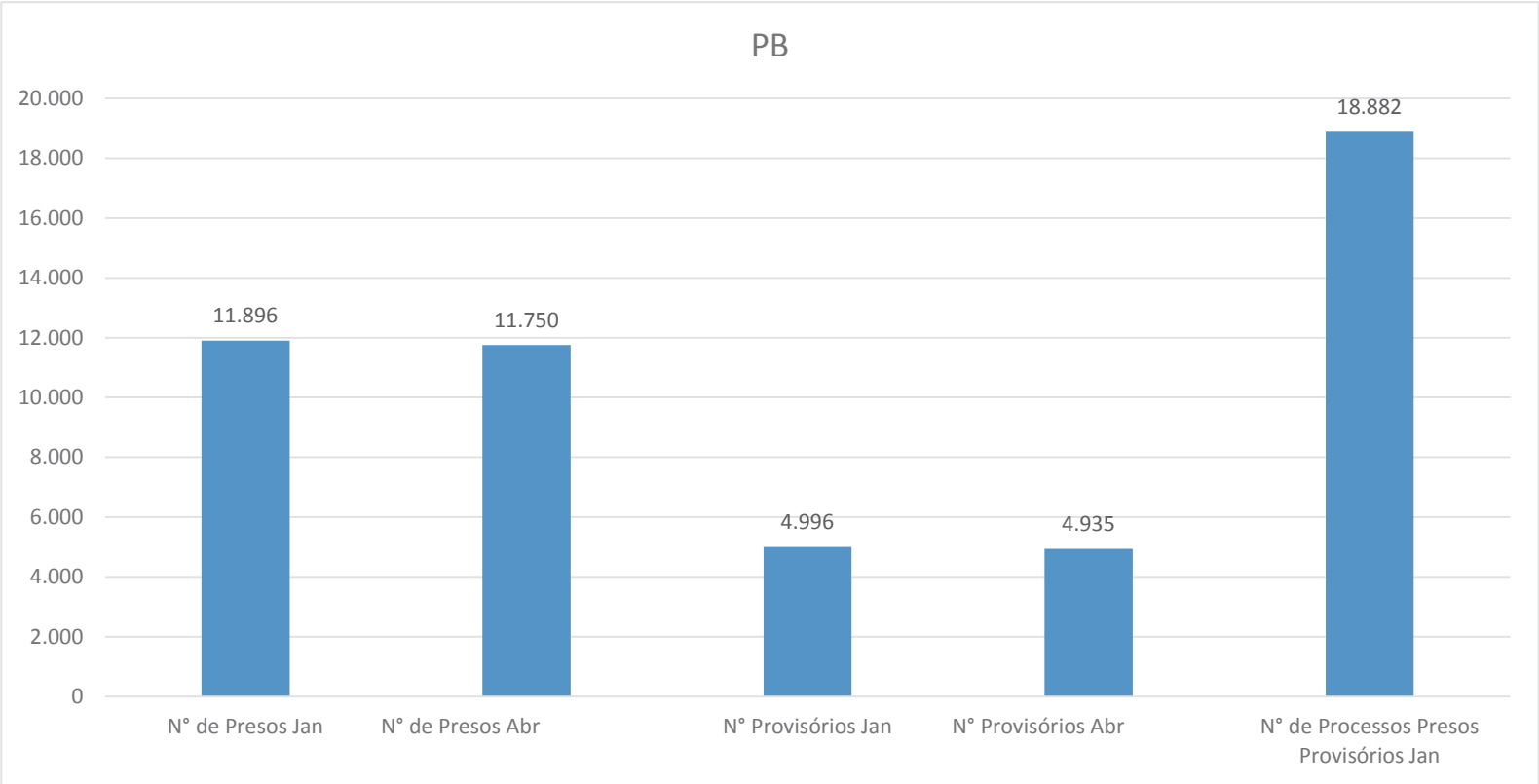


Gráfico 42. Paraíba – Análise de Processos

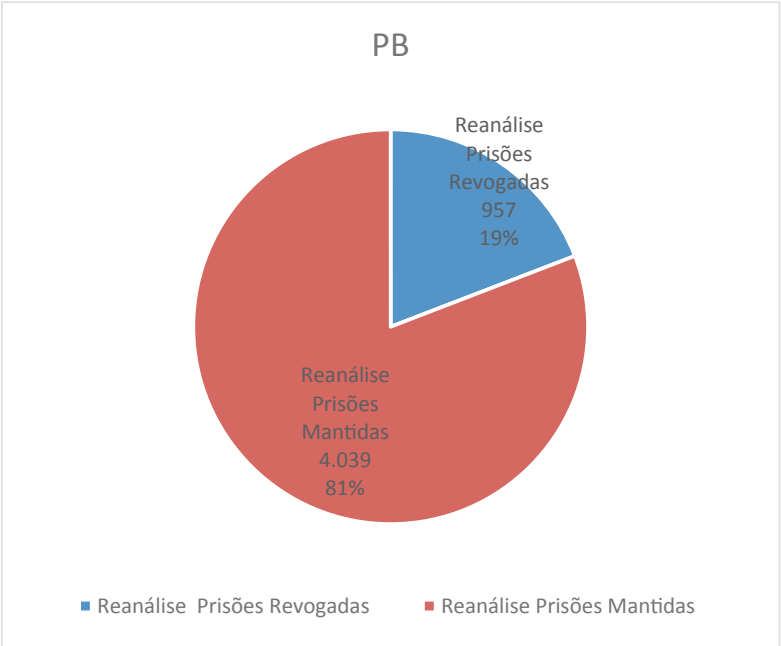
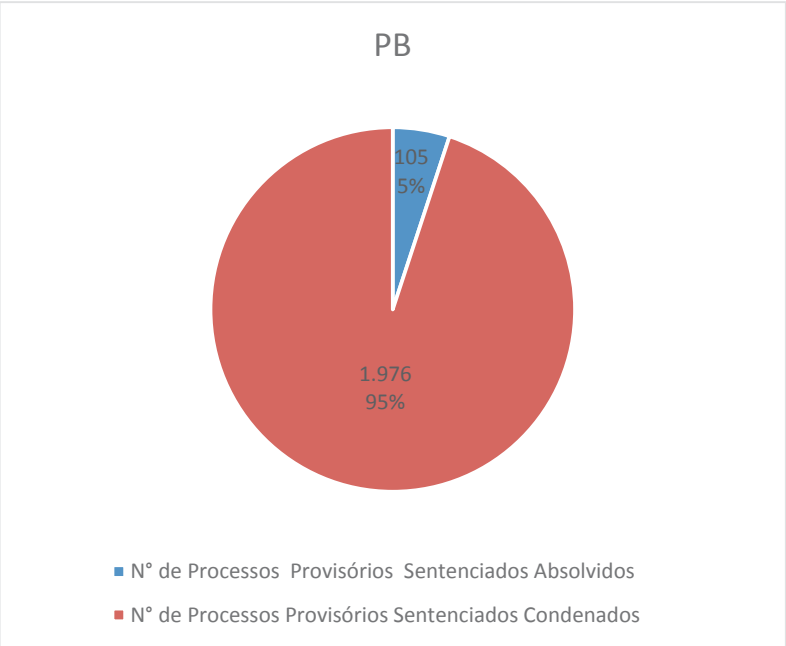


Gráfico 43. Pernambuco – Dados Gerais

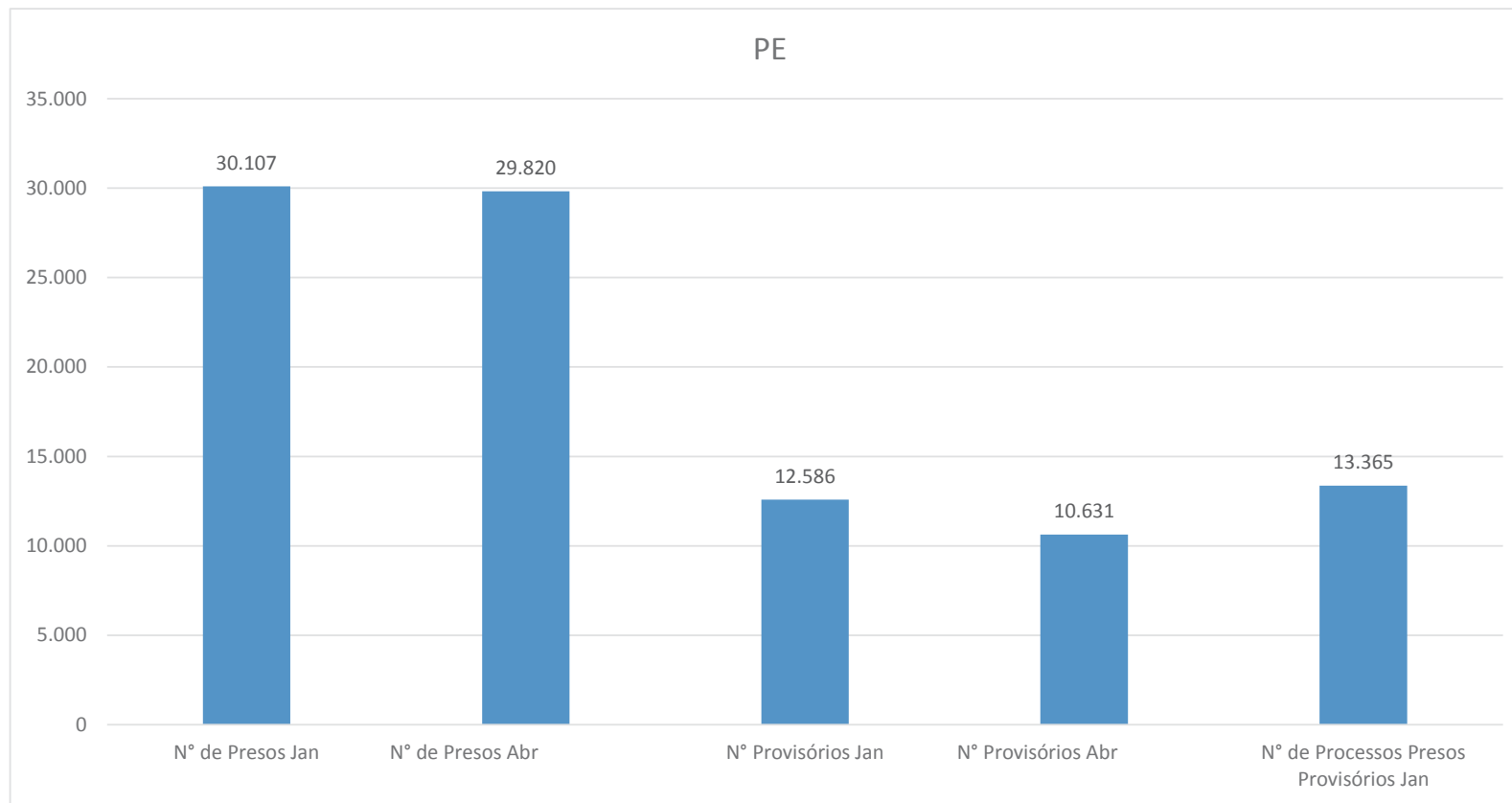
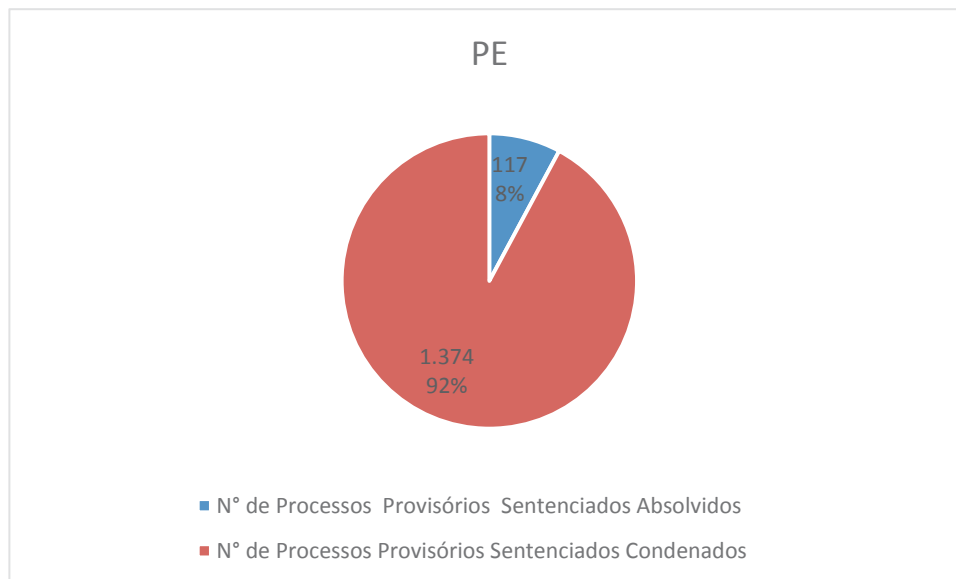


Gráfico 44. Pernambuco – Análise de Processos



Obs.: Não foram enviadas informações sobre processos reanalisados.

Gráfico 45. Piauí – Dados Gerais

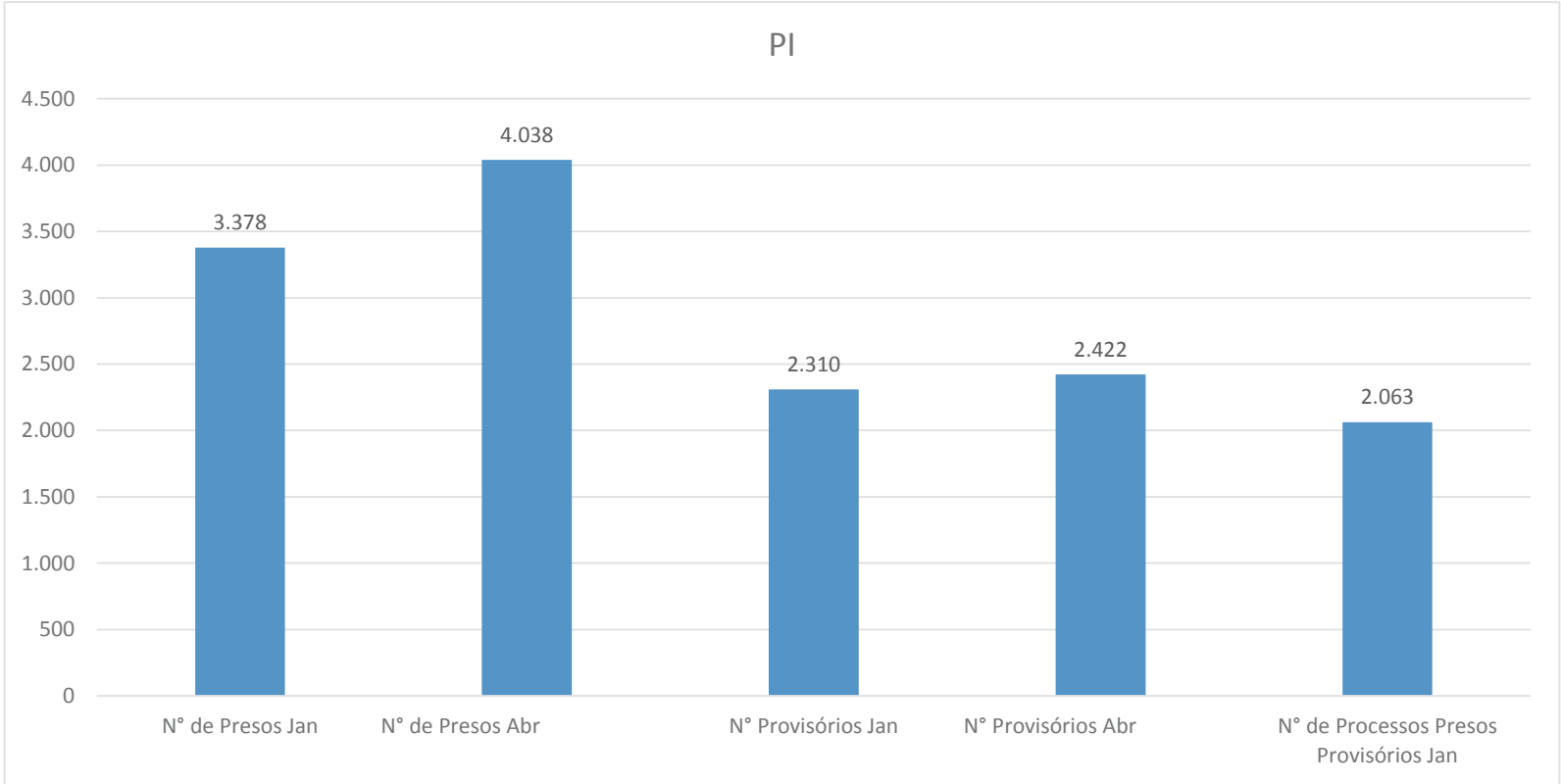


Gráfico 46. Piauí- Análise de Processos

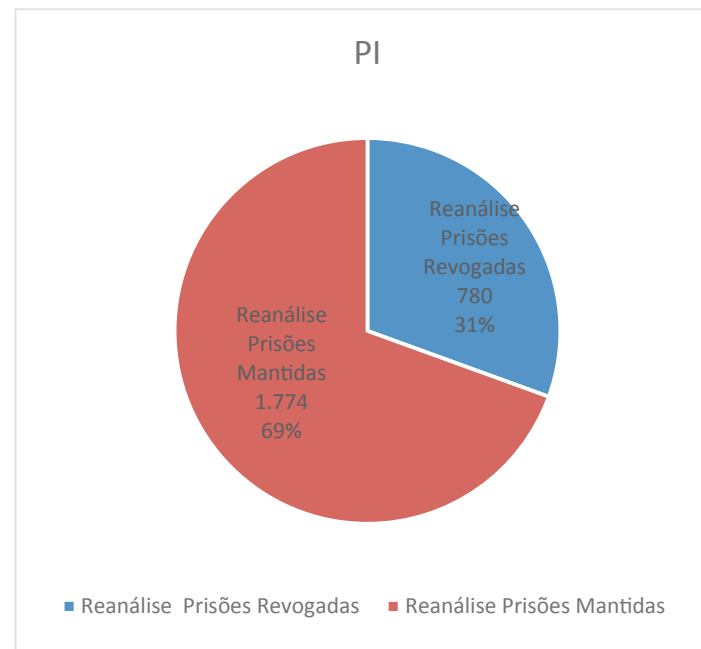


Gráfico 47. Paraná – Dados Gerais

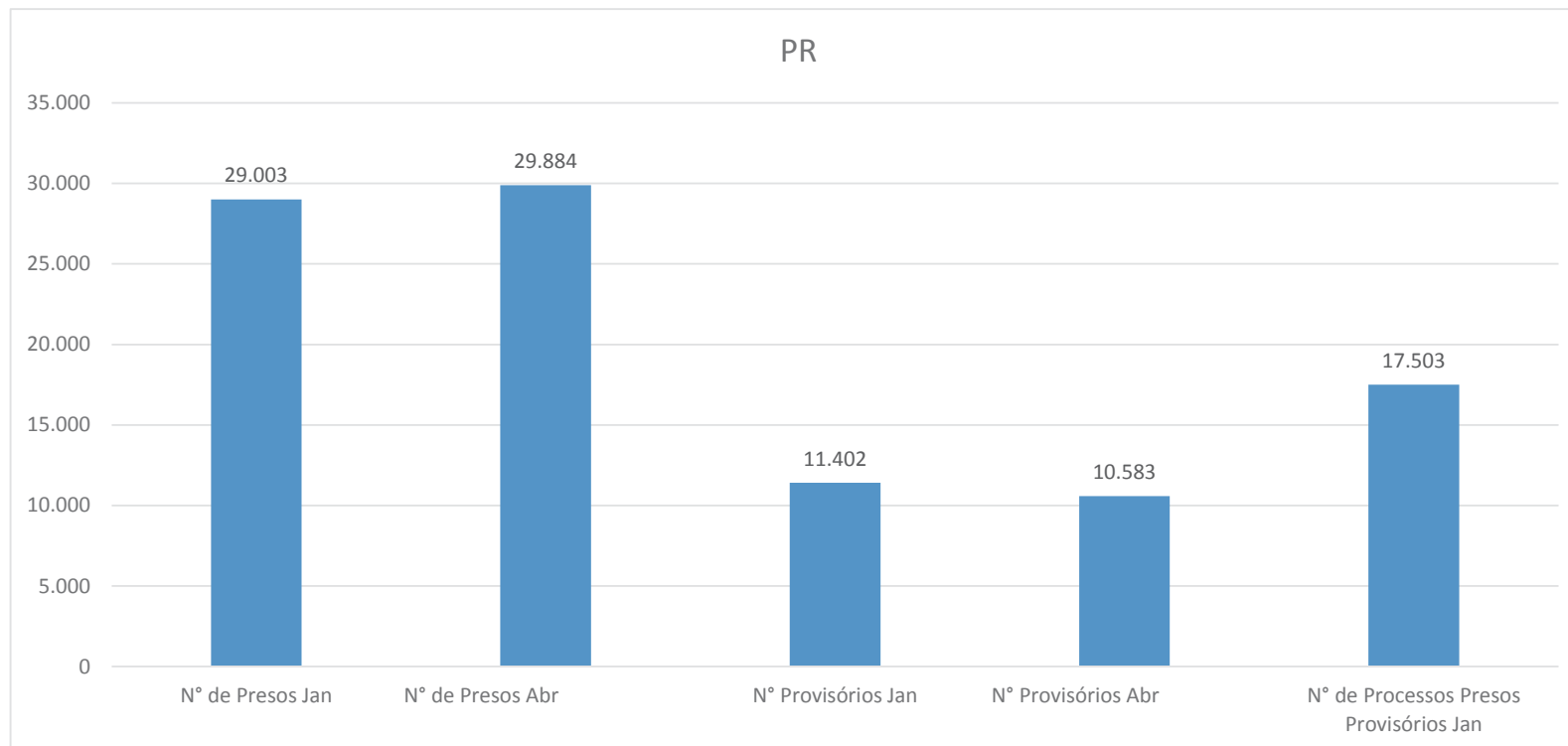


Gráfico 48. Paraná – Análise de Processos

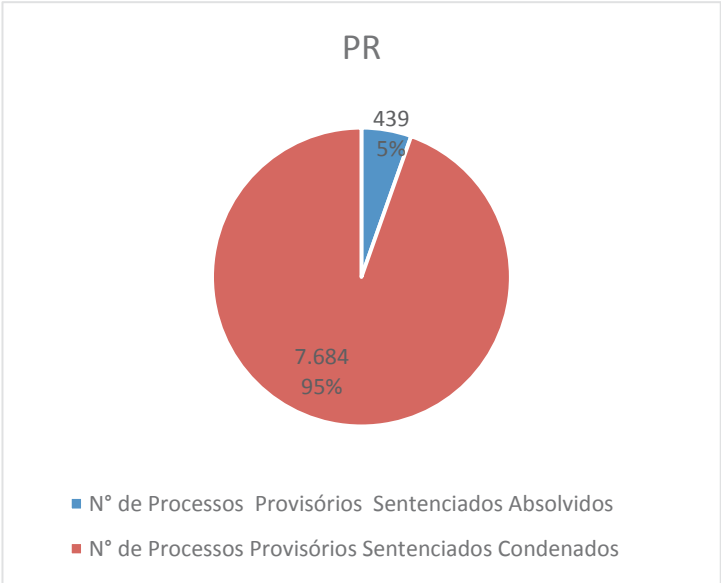
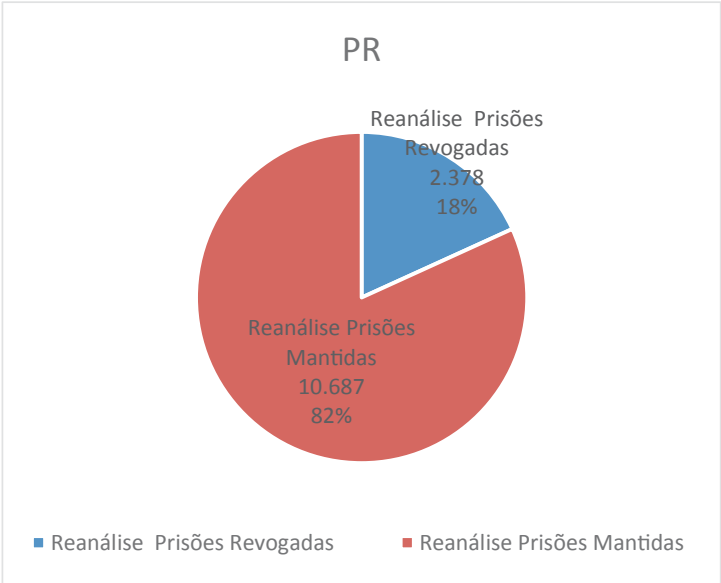


Gráfico 49. Rio de Janeiro – Dados Gerais

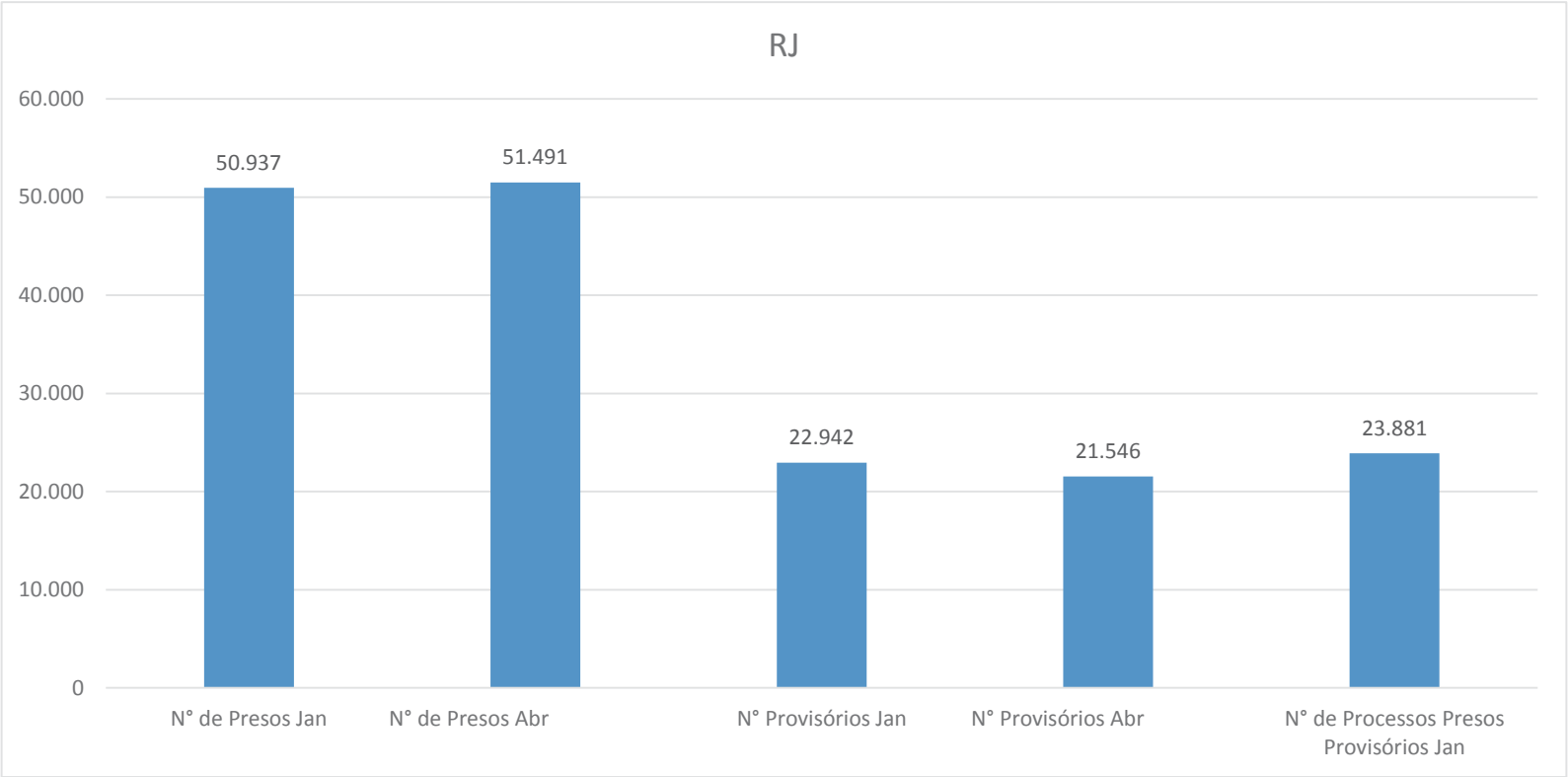


Gráfico 50. Rio de Janeiro – Análise de Processos

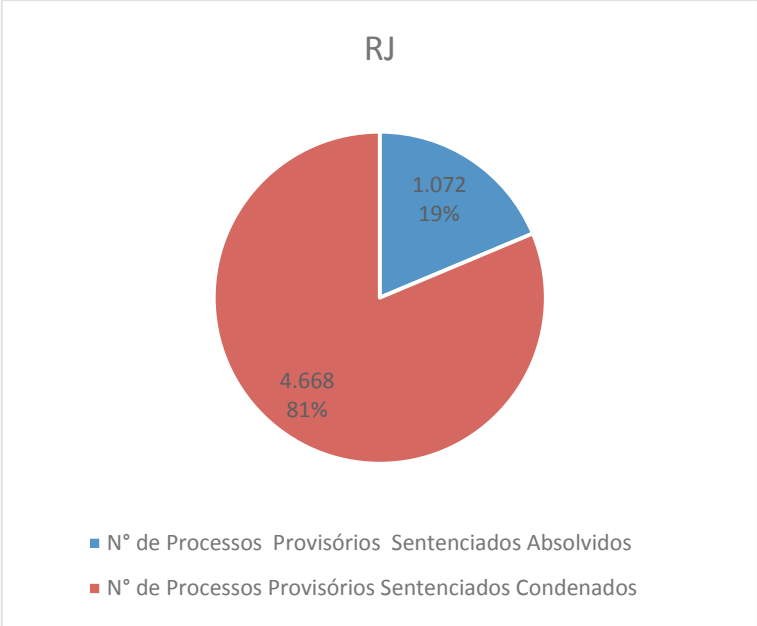
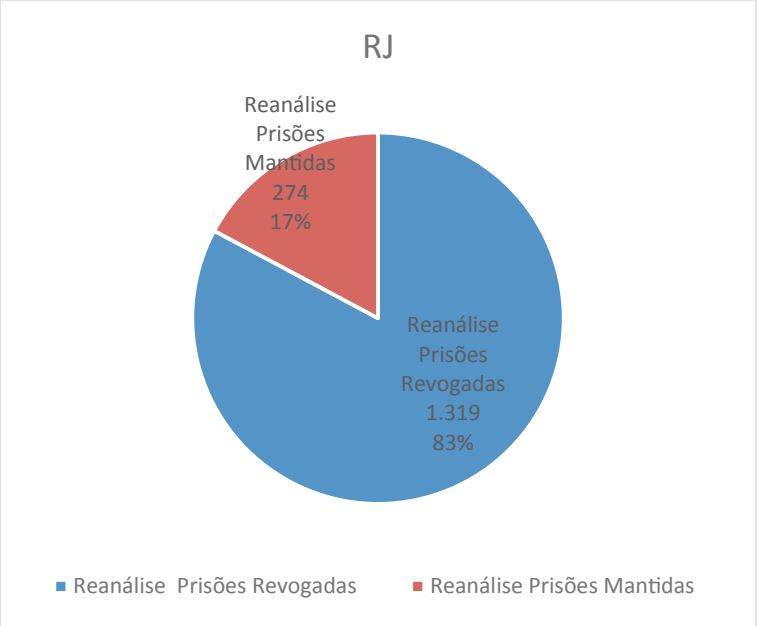


Gráfico 51. Rio Grande do Norte – Dados Gerais

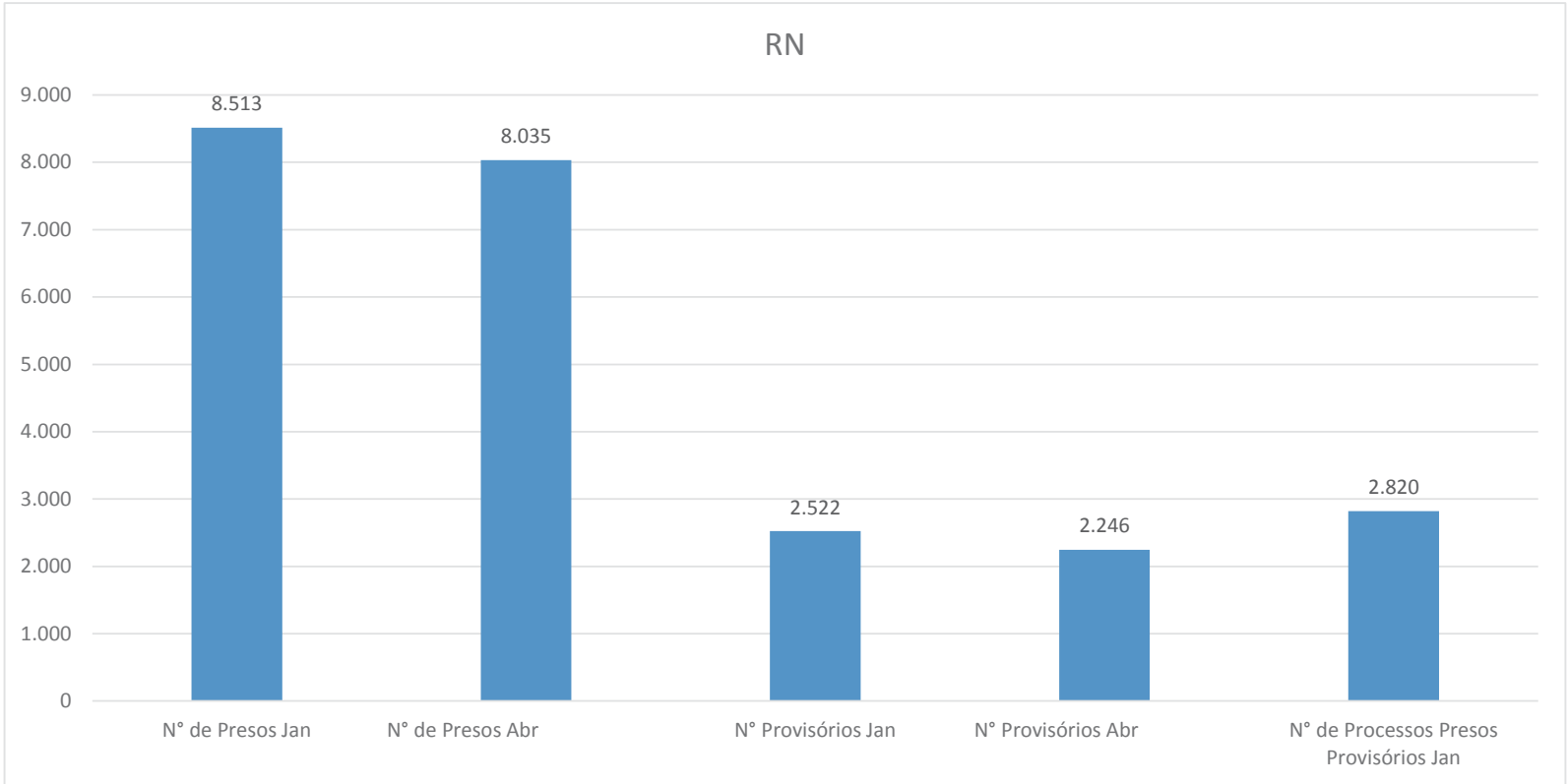


Gráfico 52. Rio Grande do Norte – Análise de Processos

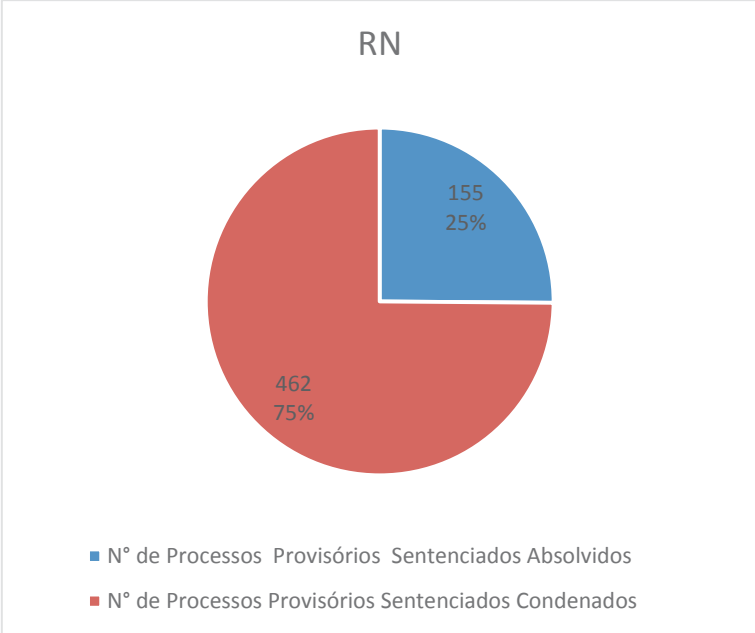
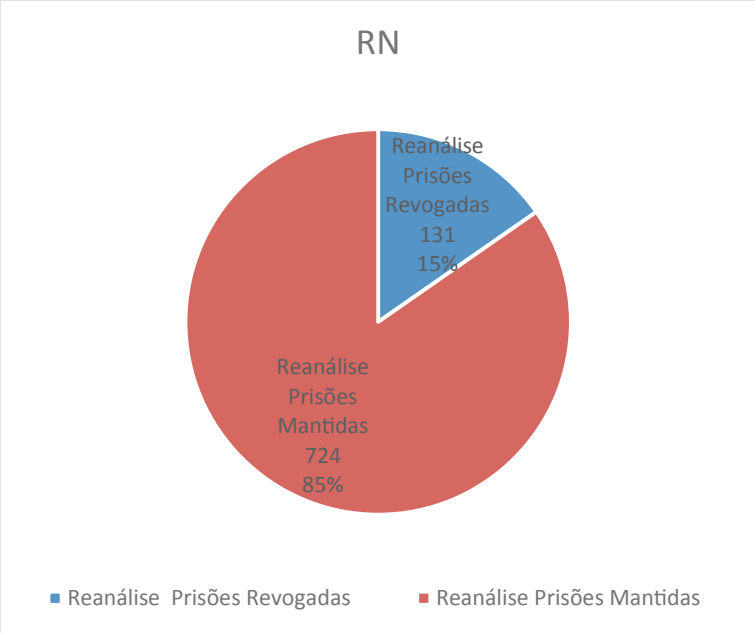


Gráfico 53. Rondônia – Dados Gerais

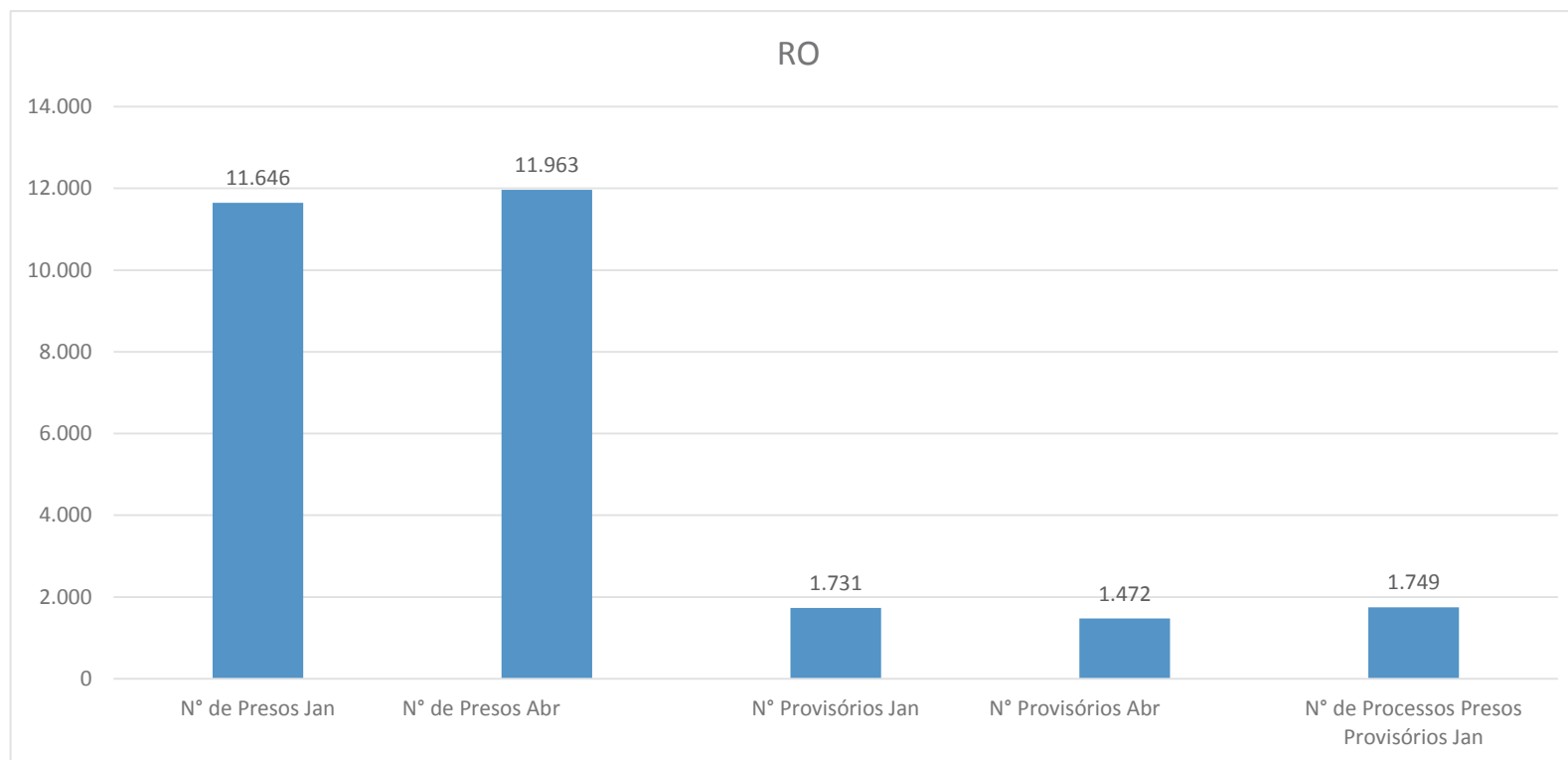


Gráfico 54. Rondônia – Análise de Processos

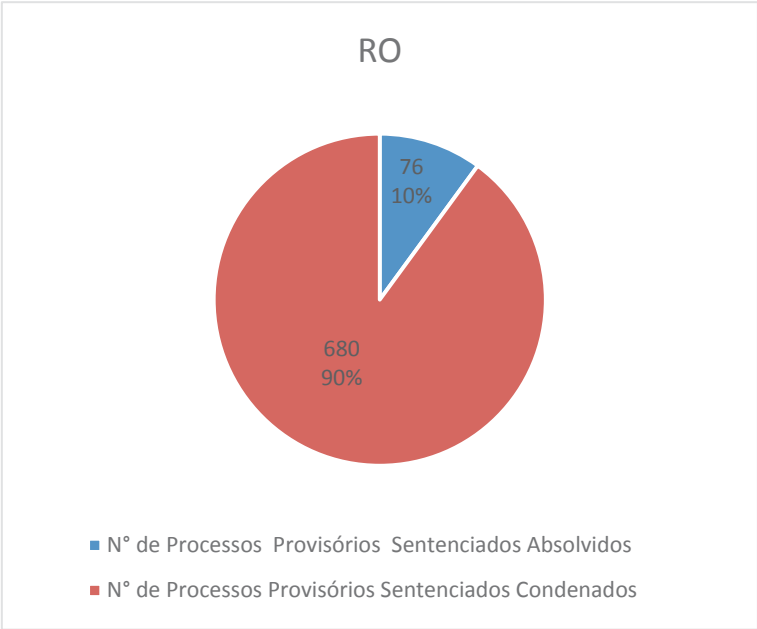
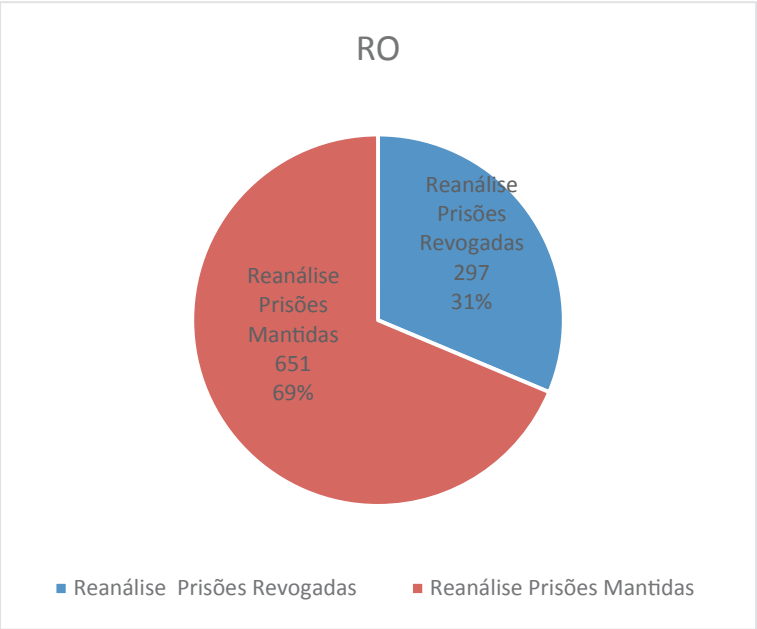


Gráfico 55. Roraima – Dados Gerais

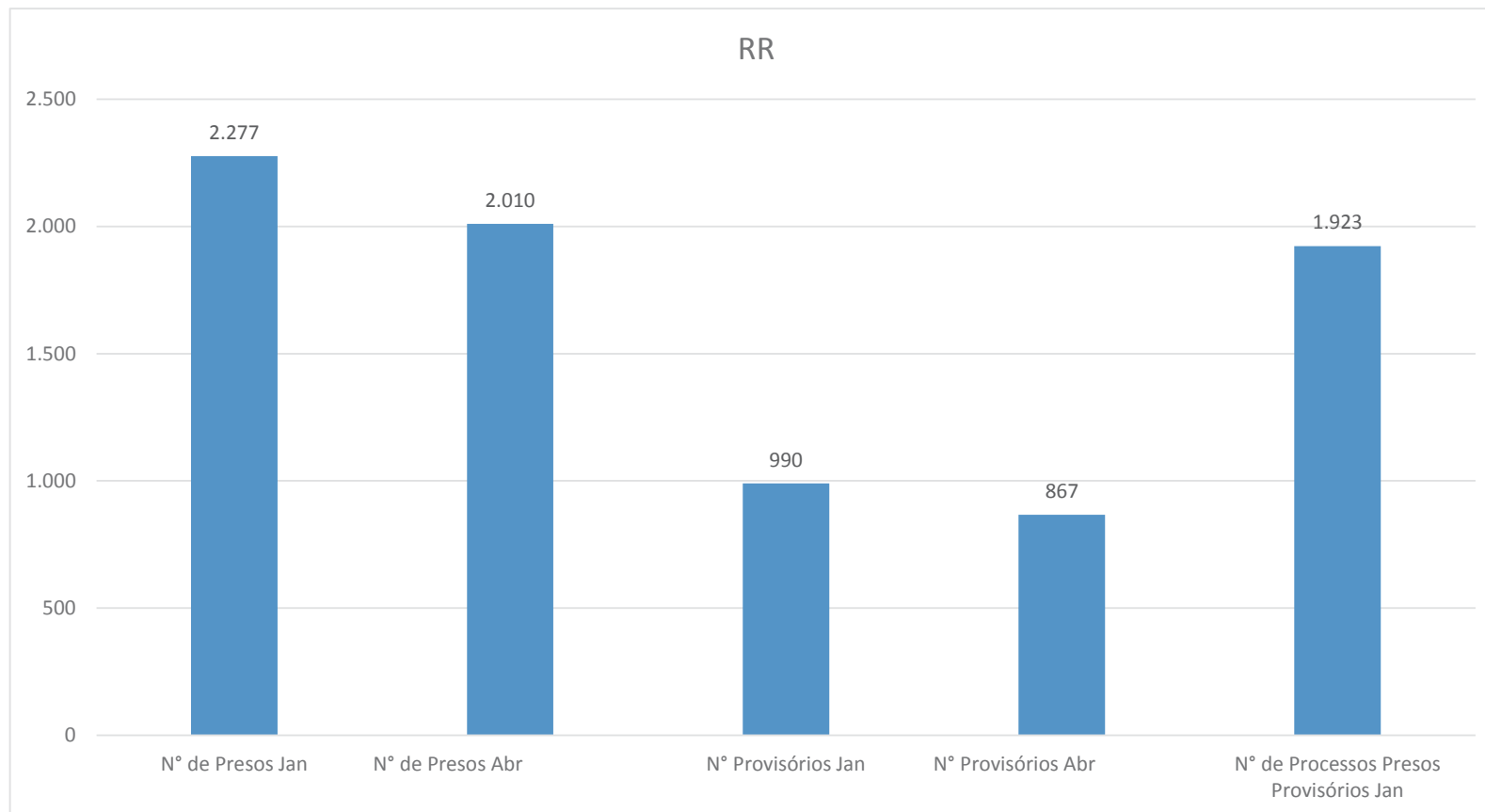


Gráfico 56. Roraima – Análise de Processos

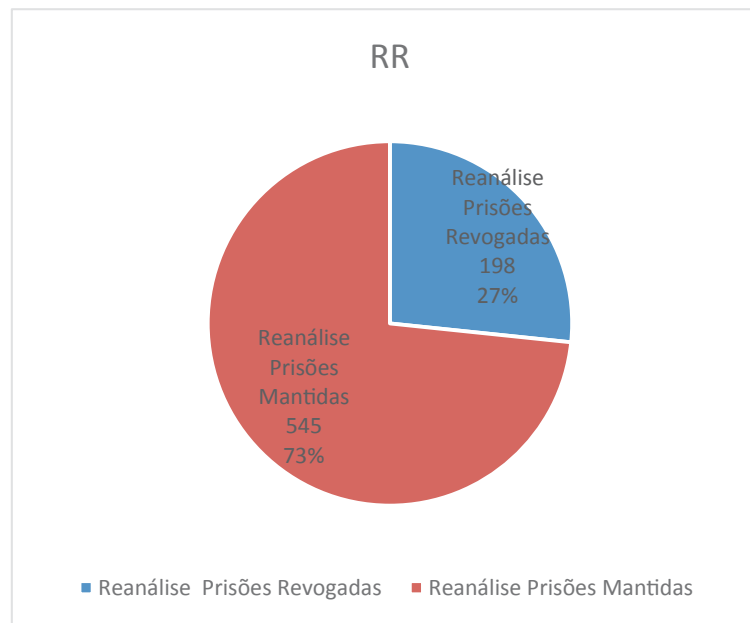
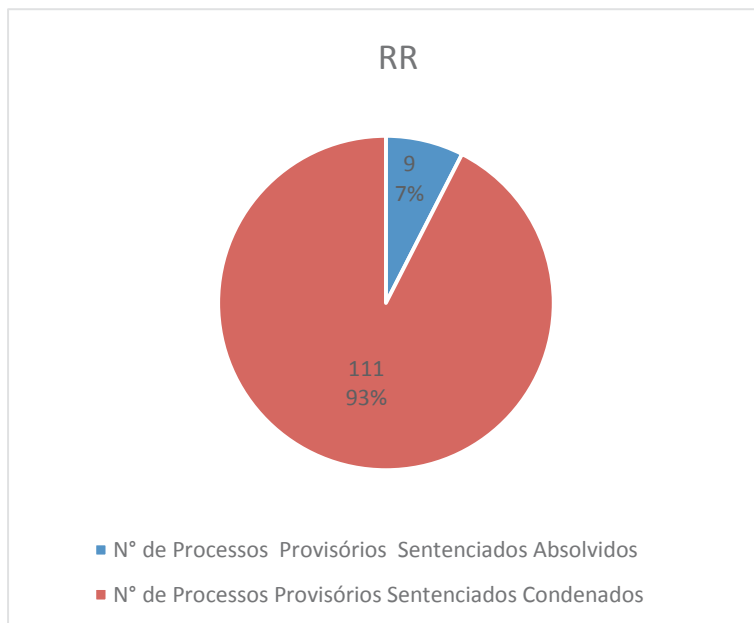


Gráfico 57. Rio Grande do Sul – Dados Gerais

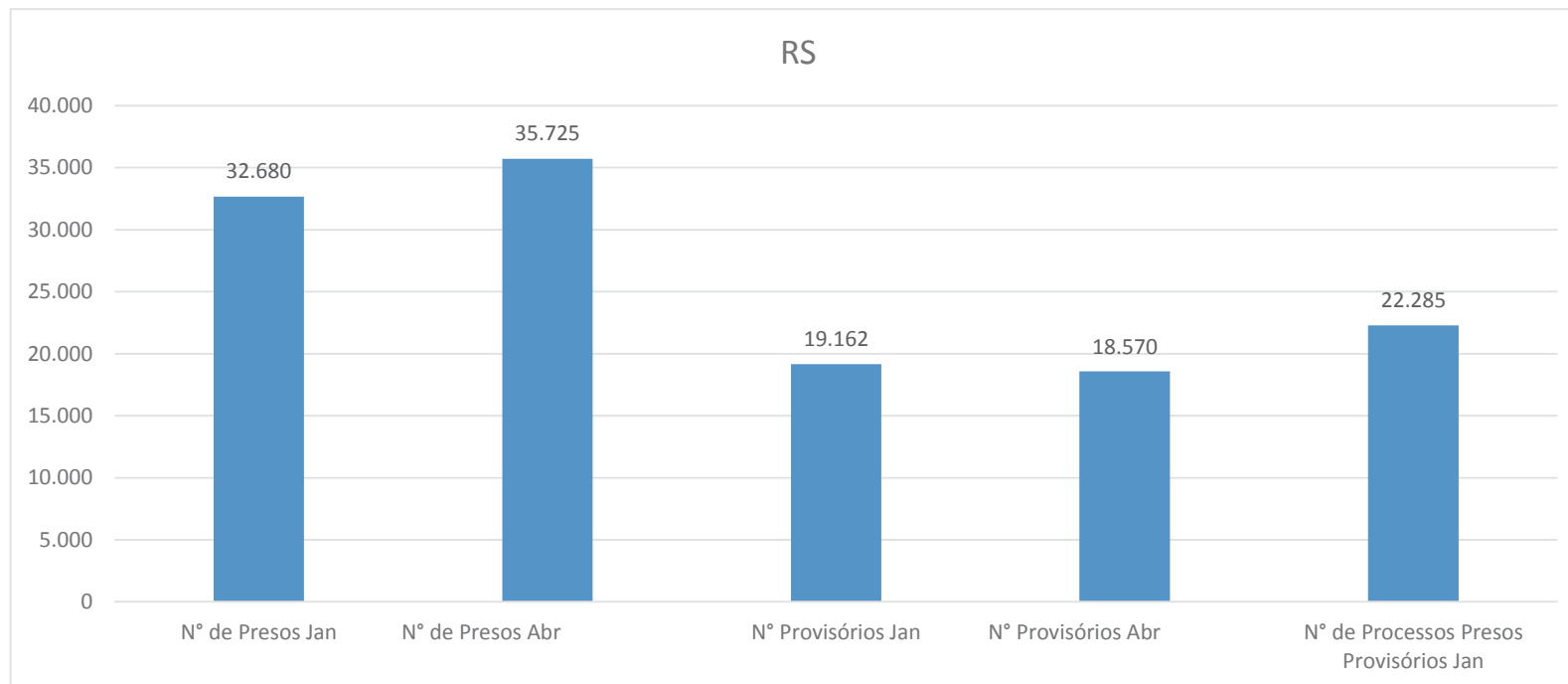


Gráfico 58. Rio Grande do Sul – Análise de Processos

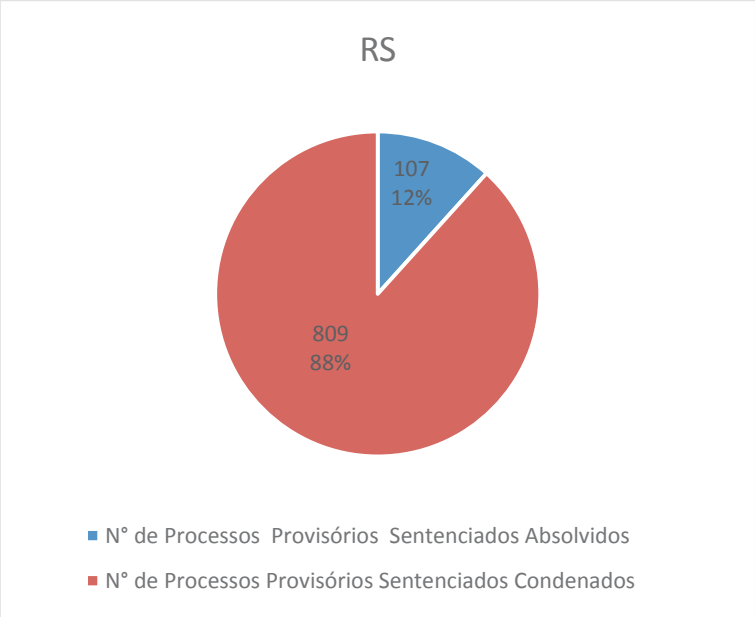
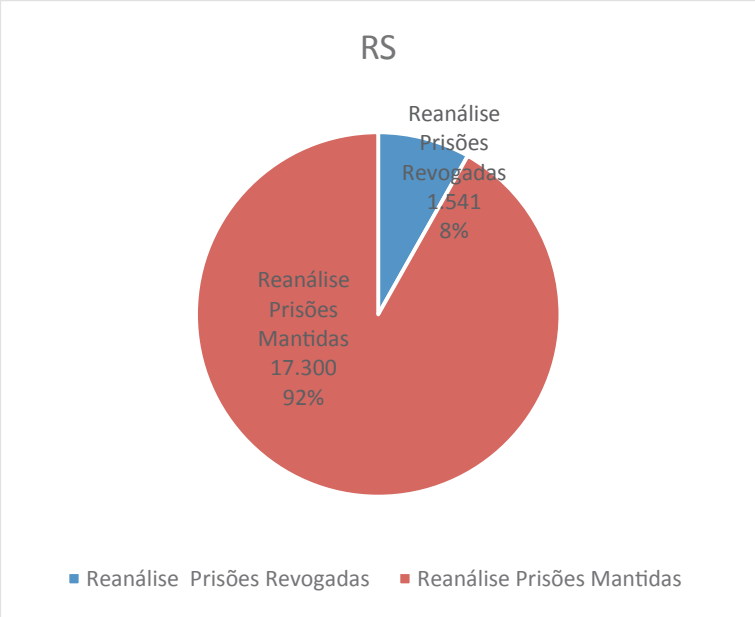


Gráfico 59. Santa Catarina – Dados Gerais

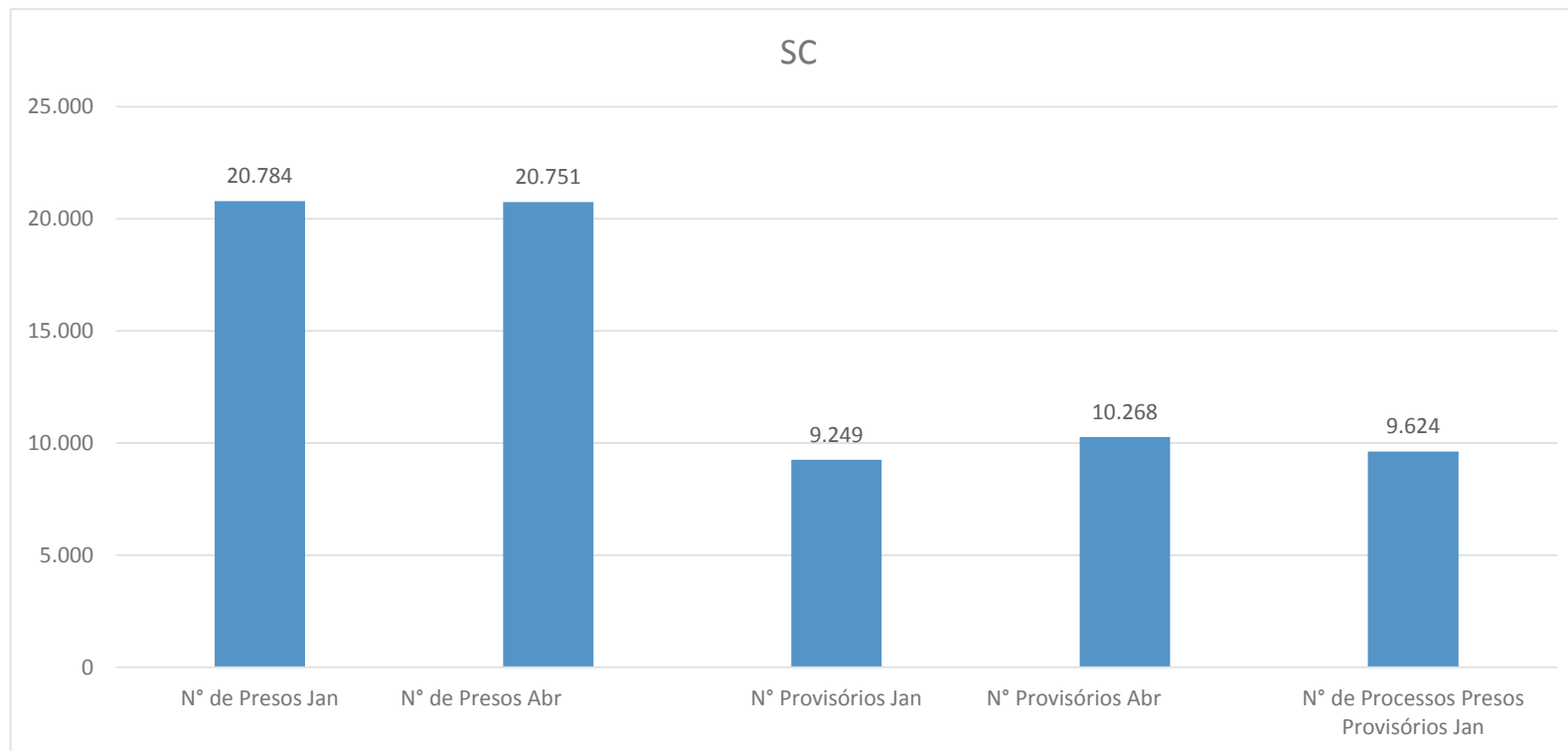


Gráfico 60. Santa Catarina – Análise de Processos

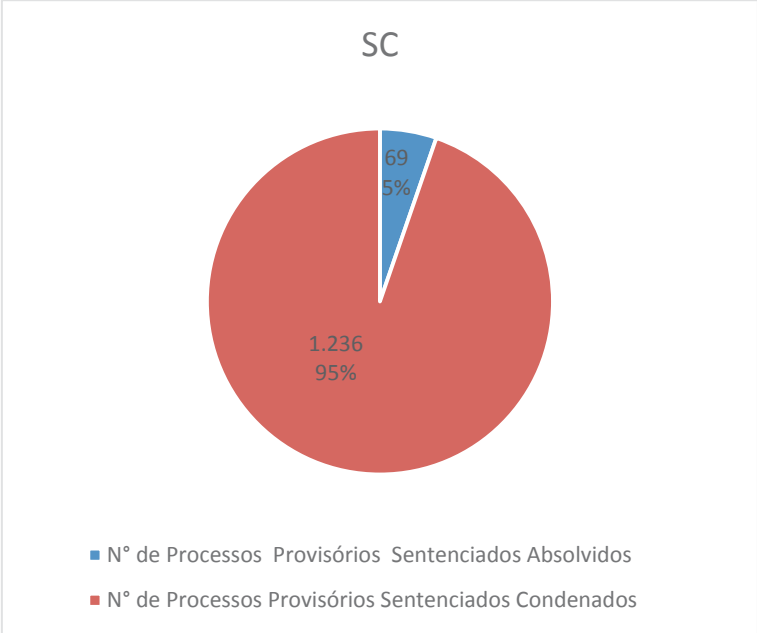
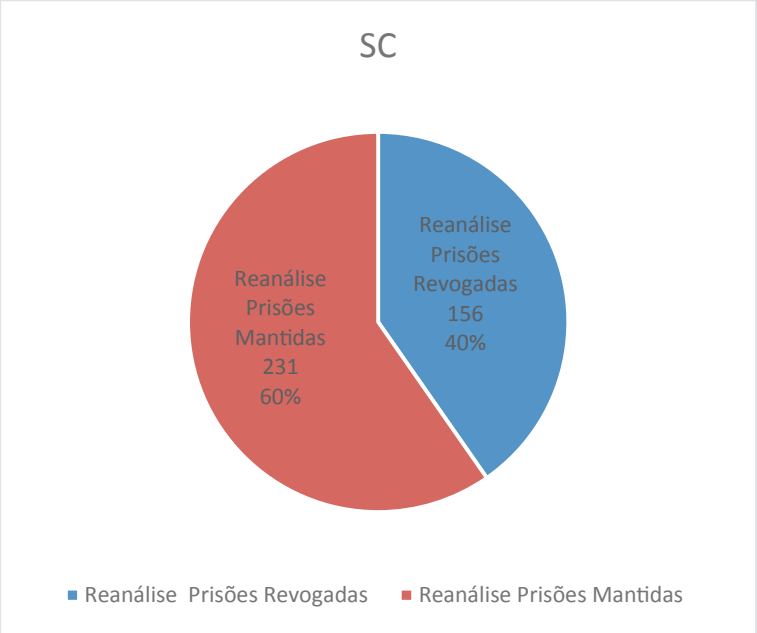


Gráfico 61. Sergipe – Dados Gerais

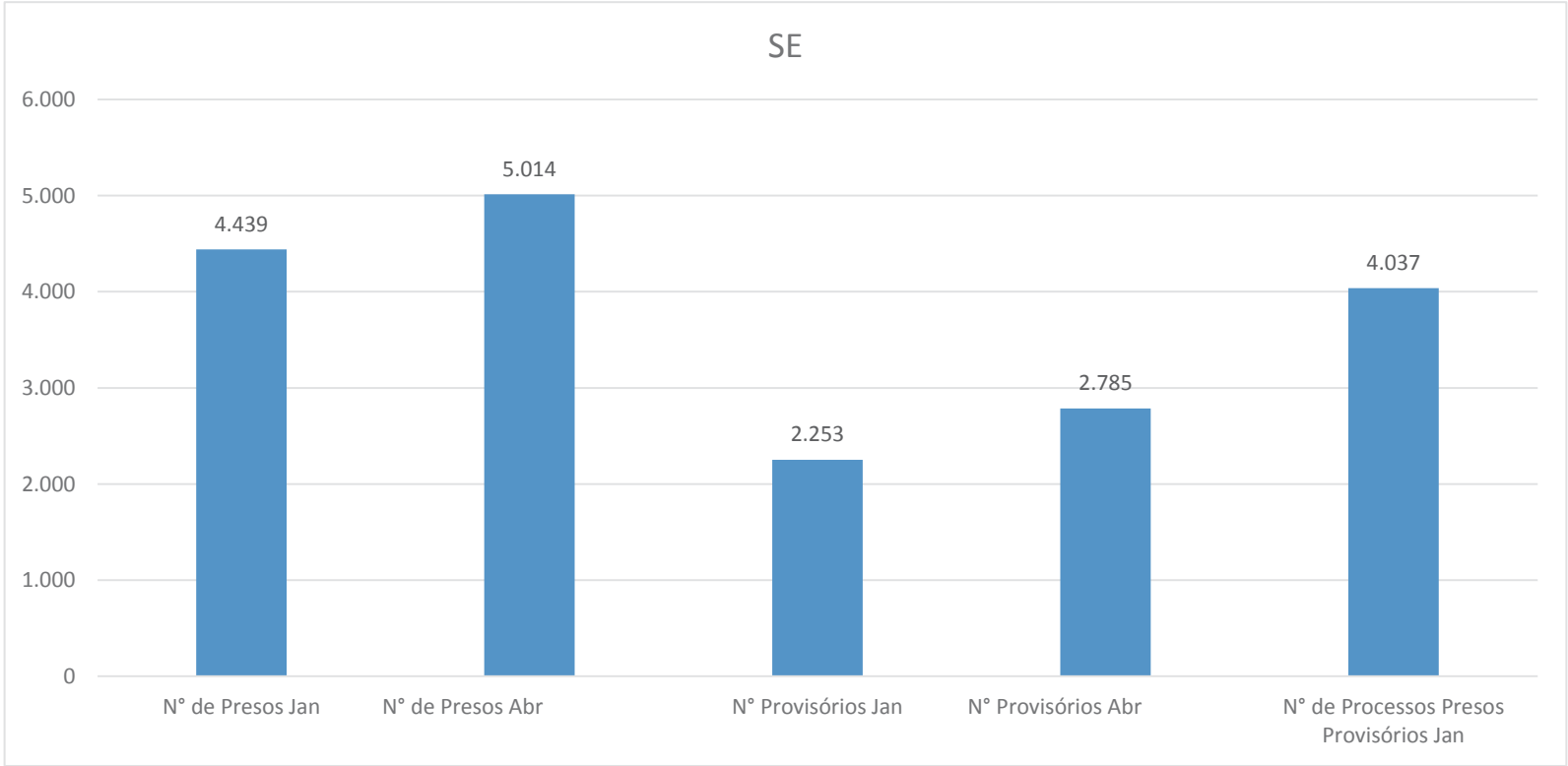


Gráfico 62. Sergipe – Análise de Processos

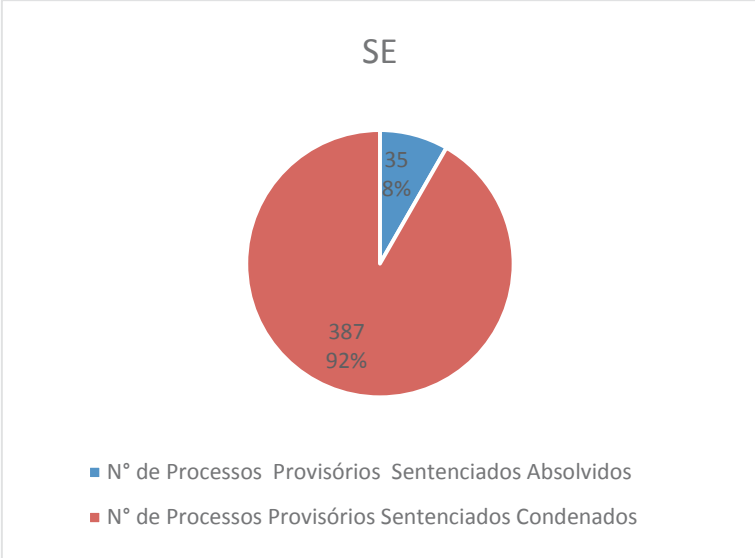
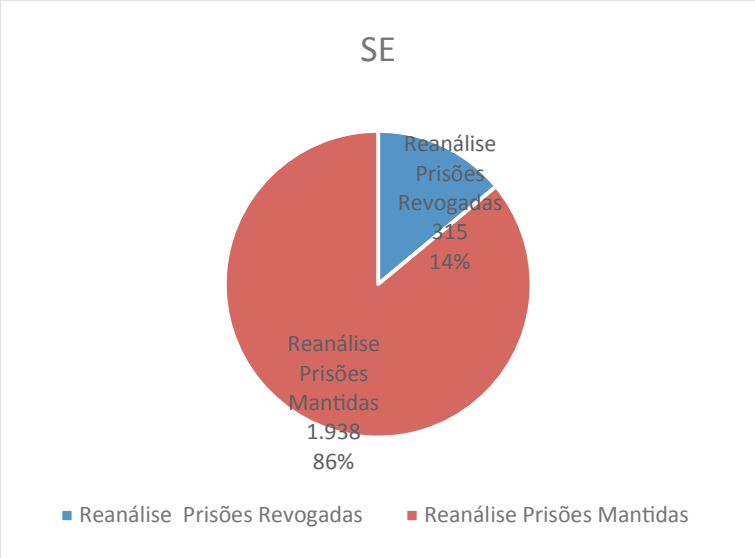


Gráfico 63. São Paulo – Dados Gerais

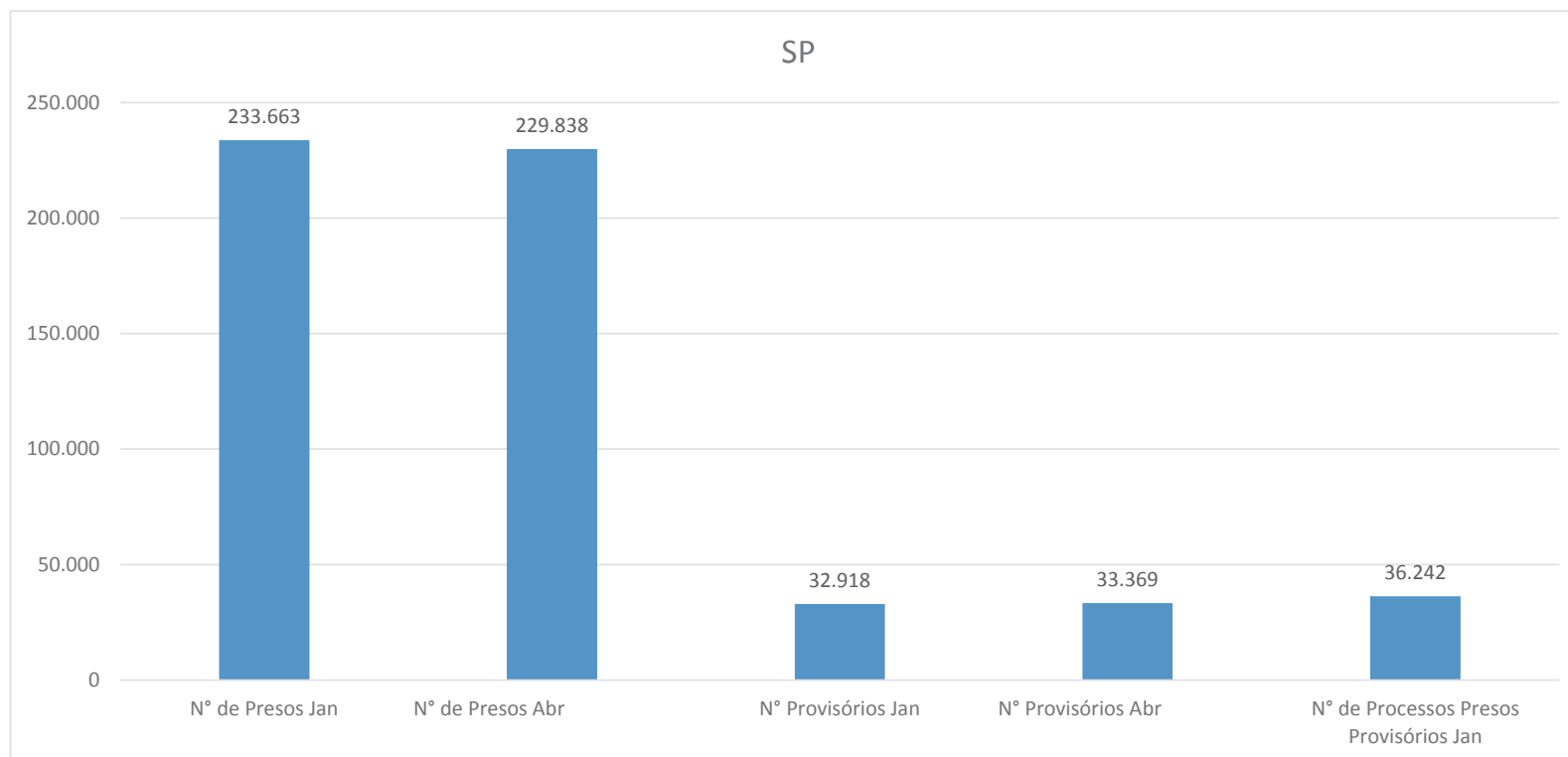


Gráfico 64. São Paulo – Análise de Processos

Não foram enviadas informações.

Gráfico 65. Tocantins – Dados Gerais

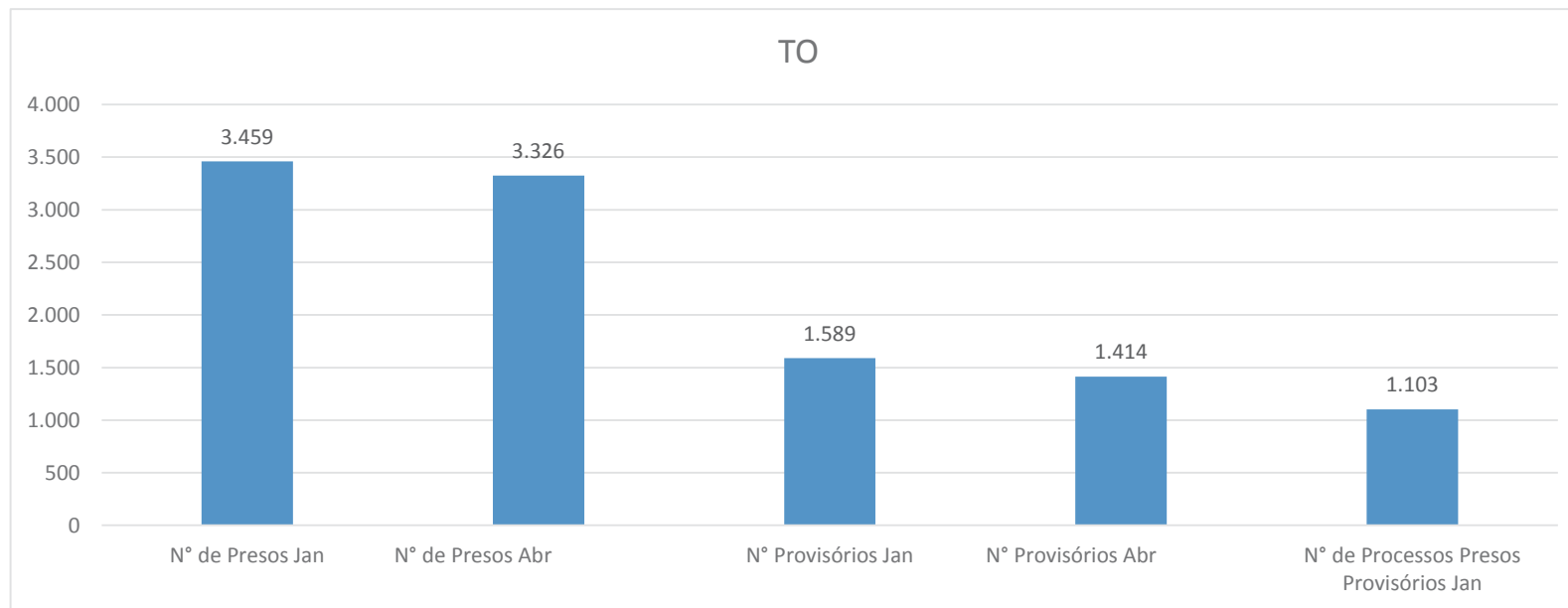


Gráfico 66. Tocantins – Análise de Processos

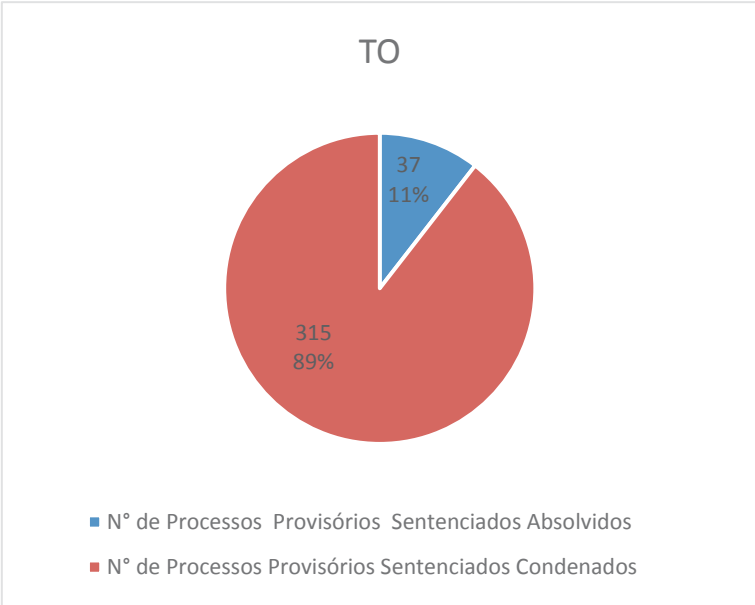
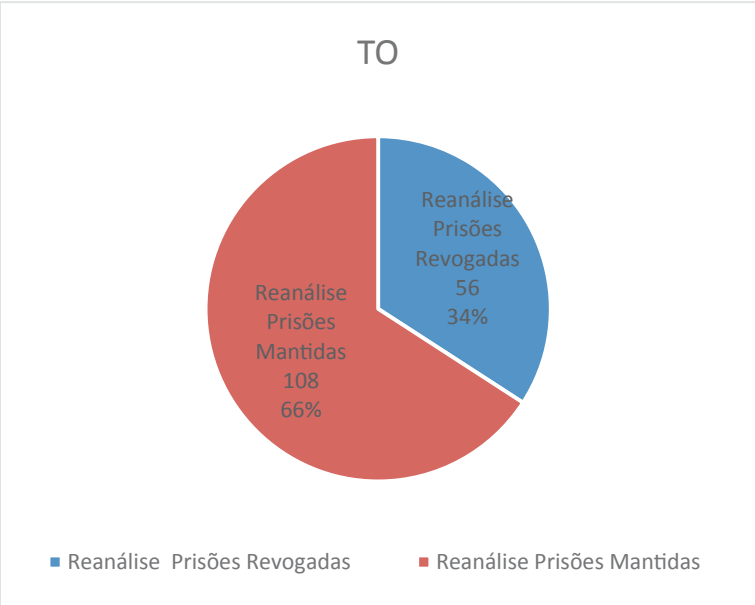


Tabela 01. Dados Recebidos por Estado

UF	N° de Presos 17/01	N° Presos Provisórios 17/01	N° de Processos Presos Provisórios 17/01	N° Processos Provisórios Sentenciados até 20/04 (5)	Provisórios Absolvidos (5.1)	Provisórios Condenados (5.2)	N° Processos Provisórios Reanalisados 20/04 (6)	Prisões Revogadas (7)	Prisões mantidas (8)	N° de Presos 20/04 (9)	N° Presos Provisórios 20/04 (10)
AC	6.093	2.132	3.247	483	79	404	974	452	522	-	-
AL	4.140	2.438	2.832		-	-	-	-	-	4.277	2128
AM	9.245	2.874	2.353	1.493	369	1.119	5.122	1.471	1.328	9.617	2.874
AP	2.764	759	822	53	1	52	72	27	26	2.884	793
BA	13.395	7.975	8.951	517	47	371	6.742	1.385	3.212	13.711	7.129
CE	25.219	12.581	9.419	1.346	22	1.324	2.562	-	-	25.105	12.289
DF	15.171	3.221	3.714	-	-	-	3.736	1.806	-	15.406	3.307
ES	20.028	8.081	6.448	2.239	403	1.836	1.486	611	875	19.526	7.832
GO	16.338	9.476	10.365	2.790	92	2.698	2.442	651	1.791	18.328	11.284
MA	12.258	3.712	6.026	497	358	139	3.908	1.675	1.622	12.258	3.623
MG	67.000	26.721	21.872	10.919	700	7.082	13.367	471	17.343	68.747	28.040
MS	15.373	2.324	2.380	463	8	455	-	-	-	15.596	2.203
MT	11.478	5.242	5.571	912	173	739	4.867	2.741	2.126	11.210	5.740
PA	15.384	6.425	5.176	638	95	543	3.101	912	3.402	15.674	5.884
PB	11.896	4.996	18.882	2.081	105	1.976	4.878	957	4.039	11.750	4.935
PE	30.107	12.586	13.365	1.491	117	1.374	-	1.444	-	29.820	10.631
PI	3.378	2.310	2.063	386	53	333	1678	780	1774	4.038	2.422
PR	29.003	11.402	17.503	8.290	439	7.684	13.106	2.378	10.687	29.884	10.583
RJ	50.937	22.942	23.881	5.740	1.072	4.668	1.593	1.319	274	51.491	21.546
RN	8.513	2.522	2.820	462	155	462	855	131	724	8.035	2.246
RO	11.646	1.731	1.749	797	76	680	1.008	297	651	11.963	1.472
RR	2.277	990	1.923	123	9	111	769	198	545	2.010	867
RS	32.680	19.162	22.285	1.298	107	809	18.691	1.541	17.300	35.725	18.570
SC	20.784	8.980	9.624	1469	69	1236	269	156	231	20.751	10.268
SE	4.439	2.253	4.037	363	35	387	1.377	315	1.938	5.014	2.785
SP	233.663	32.918	36.242	11.245	-	-	-	-	-	229.838	33.369
TO	3.459	1.589	1.103	352	37	315	164	56	108	3.326	1.414
Total	676.668	218.342	244.653	56.447	4.621	36.797	92.767	21.774	70.518	675.984	214.234

Obs. : Dados em vermelhos indicam a retificação, pelos Tribunais, das informações encaminhadas em Janeiro/17.

ANEXO I - FORMULÁRIO

“REUNIÃO ESPECIAL DE JURISDIÇÃO”



CONSELHO
NACIONAL
DE JUSTIÇA

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

DEPARTAMENTO DE MONITORAMENTO E FISCALIZAÇÃO DO SISTEMA CARCERÁRIO
E DO SISTEMA DE EXECUÇÃO DE MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS - DMF

Identificação do Tribunal

1) Tribunal:

2) Data de preenchimento do formulário:

____/____/____

Situação prisional informada ao CNJ em 17/01/2017

3) Número total de presos:

3.1) Número total de presos precisa ser retificado?

Não ou Sim ▶ caso sim, informar número correto _____

4) Número total de presos provisórios:

4.1) Número total de presos provisórios precisa ser retificado?

Não ou Sim ▶ caso sim, informar número correto _____

Esforços empreendidos

Considerando o total de processos de presos provisórios existentes em 17/01/2017, informar:

5) Número total de processos de presos provisórios sentenciados até 20/04/2017:

5.1) Do total de processos sentenciados, quantos implicaram absolvições:

5.2) Do total de processos sentenciados, quantos implicaram condenações:

6) Número total de processos de presos provisórios analisados/revistos até 20/04/2017:

Considerando o total de processos de presos provisórios analisados/revistos até 20/04/2017, informar:

7) Número total de prisões revogadas

8) Número total de prisões mantidas

Situação prisional no Estado em 20/04/2017

9) Número total de presos:

10) Número total de presos provisórios:

www.cnj.jus.br